



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO Brasil
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

HELGA MIDORI IWAMOTO

MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES À LUZ DA GESTÃO SOCIAL
um estudo de movimentos sociais com participação de mulheres no Brasil

**Palmas-TO
2020**

HELGA MIDORI IWAMOTO

MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES À LUZ DA GESTÃO SOCIAL
um estudo de movimentos sociais com participação de mulheres no Brasil

Relatório apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional como requisito parcial à obtenção do grau de pós-doutorado em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Airton Cardoso
Cançado

Palmas-TO

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Brasil**

- I96m Iwamoto, Helga Midori.
MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES À LUZ DA
GESTÃO SOCIAL: um estudo de movimentos sociais
com participação de mulheres no Brasil . / Helga Midori
Iwamoto. – Palmas, TO, 2020.
55 f.
Relatório (Pós-doutorado) - Universidade Federal do
Brasil – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-
Graduação (Pós-Doutorado) em Desenvolvimento
Regional, 2020.

Orientador: Airton Cardoso Cançado

1. Movimentos sociais de mulheres. 2. Novos
movimentos sociais. 3. Gestão Social. 4. Feminismo. I.
Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou
parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento
é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do
autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do
Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a).**

SOCIAL MOVEMENTS OF WOMEN SEEN THROUGH SOCIAL MANAGEMENT THEORY: a study on social movements with participation of women in Brazil.

RESUMO

Os movimentos sociais de mulheres se formam como redes de colaboração e vizinhança (SACCHET, 2009) e se oficializam posteriormente como associações, cooperativas, ONGs e OSCIPs. Ao longo deste processo de formalização, faz-se necessário vislumbrar se as formas de organização destes grupos de mulheres reproduzem os ideais da administração estratégica tradicional ou trazem consigo as práticas, princípios e objetivos vinculados à gestão social. Segundo Cançado, Tenório e Pereira (2011), estes seriam: a tomada de decisão coletiva, a dialogicidade, a inteligibilidade, a transparência e a emancipação. Existe literatura expressiva documentando as diferenças entre os estilos masculinos e femininos de gestão. Buttner (2001), Chao e Tian (2013) e De Mascia (2015), por exemplo, relatam que as mulheres gestoras tinham mais habilidades relacionais, maior capacidade de trabalhar em equipe e maior foco em estratégias integrativas na resolução de conflitos. Outras características do estilo feminino de gestão seriam a informalidade/acessibilidade (CUBA; DECENZO; ANISH, 1983) e o incentivo à participação (BOWEN; HISRICH, 1986; NEIDER, 1987; BRUSH, 1992). Verificou-se nos movimentos sociais de mulheres se há predominância de estilos femininos de gestão e se esses estilos possuem traços de semelhança com os princípios da gestão social. O objetivo deste trabalho foi verificar dentre os movimentos sociais com participação feminina se há em suas práticas de gestão características da gestão social. O levantamento dos movimentos existentes foi feito por meio de busca nas bases de dados acadêmicas Scielo, IBICT e Proquest. A metodologia foi qualitativa, baseada em entrevistas por e-mail a OSCIPs constantes na base de dados do Ministério da Justiça do Brasil.

Palavras-chave: Movimentos Sociais de Mulheres. Gestão Social.

ABSTRACT

Women's social movements are formed as networks of collaboration and neighborhood (SACCHET, 2009) and later are formalized as associations, cooperatives, NGOs and Social Organizations of Public Interest. Throughout this process of formalization, it is necessary to glimpse whether the forms of organization of these groups of women reproduce the ideals of traditional strategic administration or bring with them practices, principles and objectives linked to Social Management. According to Cançado, Tenório and Pereira (2011), these would be: collective decision-making, dialogue, intelligibility, transparency and emancipation. There is significant literature documenting the differences between male and female management styles. Buttner (2001), Chao and Tian (2013) and De Mascia (2015), for example, report that women managers had more relational skills, greater ability to work in teams, and greater focus on integrative strategies in conflict resolution. Other characteristics of the female management style would be informality/accessibility (CUBA; DECENZO; ANISH, 1983) and the incentive to participation (BOWEN; HISRICH, 1986; NEIDER, 1987; BRUSH, 1992). It remains to be found in women's social movements if there is a predominance of women's management styles and if these styles resemble the principles of social management. The objective of this study is to verify among the social movements with female participation in Brasil if there are in their management practices traces of Social Management. The survey of the existing movements was made through search in the academic databases Scielo, IBICT and Proquest. The methodology is qualitative, based on literature review on the subjects in question.

Palavras-chave: Social Movements of Women. Social Management. Brasil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS	10
2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES NO MUNDO E NO BRASIL	14
2.3 GESTÃO SOCIAL NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES	25
3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	29
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39
APÊNDICES	50

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais das mulheres (MSM) ganharam visibilidade e destaque devido à sua importância para a geração de renda e o empoderamento feminino. Alvarez (1990) e McBride e Mazur (2008) consideram que o MSM se caracteriza por buscar os interesses coletivos femininos e exige a utilização de sistemas culturais e políticos com base em papéis de gêneros historicamente vinculados às mulheres, com organização explicitamente feminina. Além disso, elas argumentam sobre a capacidade da câmera de barramento MSM em relação aos outros movimentos sociais cujo foco primário não é a emancipação feminina. Neste sentido, portanto, eles propõem uma separação clara entre os movimentos sociais em geral e o MSM, que não serão suspensos neste artigo devido ao escopo da pesquisa de campo do mesmo tipo, por exemplo, o que fez Molyneux (1998). Molyneux (op. Cit) tipifica os MSM em: movimentos independentes, após o conceito de MSM de Alvarez (1990); vínculo associativo, formando alianças com MS de pautas afins; mobilizações direcionadas, em que mulheres são parte de um MS com mulheres que não são feministas, podendo inclusive ser uma massa de manobra dos mesmos.

Como alternativa, será seguida a definição de movimento social (MS) de Touraine (1978), em que os MS são movimentos coletivos emancipatórios caracterizados por identidade, opositor e projeto, isto é, o que está em jogo na disputa entre o movimento e seu opositor.

Segundo Saggin e Alves (2019), o MSM geralmente começa na forma de redes de colaboração e vizinhança, sendo presencialmente ou pela internet (DUTRA, 2018) formalizadas posteriormente como associações, cooperativas, ONGs e OSCIPs. Outras vezes, conforme Silva (1982), Sara et al (2011) e Bispo e Macedo (2014) iniciam um spin-off a partir de movimentos como indicadores, étnicos, ecológicos, pacifistas entre outros, que marginalizam ou ignoram como pautas feministas transversais a eles. Além disso, muitas vezes os movimentos não realizam processos de mentoria com oportunidades iguais para mulheres. Em outros casos, há incidentes de abuso e assédio dentro dos movimentos em que a instituição se coloca ao lado do abusador.

Apesar do frequente descolamento dos MSM em relação a outros movimentos sociais, na visão de Sara et al (2011), os MSM têm como legado dos movimentos de lutas de classes o objetivo de longo prazo de auto-extinção. No caso dos movimentos de luta de classes, o objetivo seria a extinção das classes. No caso dos movimentos feministas, o objetivo seria a extinção do patriarcado, isto é, a existência de privilégios para homens brancos heterossexuais. A extinção dos MSM seria, portanto, alcançada a partir da igualdade de direitos e oportunidades para todos os grupos sociais, independente de gênero, etnia, classe social ou outras formas de classificação de minorias.

Além disso, Sara et al (op cit) consideram que os MSM carregam consigo uma visão mais ampla de mundo, comum a movimentos sociais de minorias oprimidas, pois precisam enxergar sob o ponto de vista do opressor e do oprimido, seguindo a linha de raciocínio de Hegel sobre a relação entre mestre e escravo.

Sob o ponto de vista administrativo, durante todo o processo de formalização do MSM, é necessário vislumbrar se as formas de organização desses grupos de mulheres reproduzem os ideais da gestão estratégica tradicional ou trazem consigo, mesmo de maneira não intencional, as práticas, princípios e objetivos vinculados à Teoria da Gestão Social. Segundo Cançado, Tenório e Pereira (2011), estes seriam: tomada de decisão coletiva, diálogo, inteligibilidade, transparência e emancipação.

Há literatura significativa documentando as diferenças entre os estilos de manejo masculino e feminino. Buttner (2001), Chao e Tian (2013) e De Mascia (2015), por exemplo, relatam que as gestoras tinham mais habilidades relacionais do que o restante da amostra, maior capacidade de trabalhar em equipe e maior foco nas estratégias integrativas. resolução de conflitos. Outras características do estilo de gestão feminina seriam informalidade / acessibilidade (Cuba, Decenzo, Anish, 1983) e o incentivo à participação (Bowen, Hisrich, 1986, Neider, 1987; Brush, 1992).

É necessário verificar nos movimentos sociais das mulheres se há predominância de estilos femininos de gestão e se esses estilos têm traços de semelhança com os princípios da gestão social. O objetivo deste estudo é verificar entre os Movimentos Sociais com maior participação feminina no Brasil se existem em suas práticas de gestão características da Gestão Social.

A busca por movimentos existentes foi realizada através de pesquisas nas bases de dados acadêmicas Scielo, IBICT e Proquest . A metodologia é qualitativa, com base na revisão da literatura sobre os temas em questão: Movimentos Sociais (MS); Movimentos Sociais da Mulher (WSM); Exemplos de WSM no mundo, no Brasil e no Brasil e Gestão Social. No final, é realizada uma discussão sobre as características de Gerenciamento Social do WSM.

Nas seções a seguir, são apresentadas as revisões de literatura citadas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS

Gohn (2011), um dos principais expoentes da produção científica brasileira em Movimentos Sociais, afirmou que a produção brasileira sobre o tema ainda era incipiente. Pode-se deduzir, por meio de uma pesquisa mais recente no portal Scielo , que essa afirmação ainda é verdadeira, pois foram encontrados apenas 63 artigos com a expressão exata "movimentos sociais" apenas no título (SCIELO, 2019).

Touraine (1978), principal expoente mundial da Teoria dos Novos Movimentos Sociais, acredita que um Movimento Social (MS) geralmente pode ser caracterizado por três critérios: identidade, oponente e projeto. A dimensão do projeto envolve o tema da preocupação central entre o movimento e seu oponente.

Para Touraine (1985), os MS são um tipo especial de conflito social entre oponentes bem definidos, cujo foco é o controle social dos principais padrões culturais . Segundo ele, a abordagem está centrada na representação de atores sociais, simultaneamente orientados por sua cultura e envolvidos em conflitos estruturais. Ele diferencia o MS classista e o NSM, porque os tradicionais eram baseados na diferenciação de classes, segundo a teoria marxista. Os NSM, por outro lado, são constituídos por agendas de identidade como orientação sexual, meio ambiente, mulheres e empoderamento étnico, entre outros.

Ele também acredita que os antigos movimentos sociais foram limitados pela crença de que existem apenas dois oponentes (elite vs. subalternos) em sociedades que detêm revoluções que foram estudadas na teoria clássica da MS. Além disso, acreditava-se, de acordo com a teoria clássica do MS, que os indivíduos não tinham meios individuais de agir contra o sistema, sendo oprimidos por sua estrutura. Dessa maneira, a única maneira de construir uma revolução seria por meio da luta de classes.

Para Touraine (1997), enquanto os movimentos tradicionais são orientados pela luta de classes, o NSM é guiado pela defesa e realização substantivas dos direitos humanos fundamentais. No entanto, cada minoria ou grupo social defende esses direitos, atendendo às demandas específicas de seu segmento. Além disso, cada movimento desenvolve seus próprios métodos e abordagens que contemplam

suas lutas específicas. Alguns exemplos de NSM são movimentos de defesa da qualidade na educação, saúde, segurança pública e afins.

Melucci (1989) também diferencia o NSM dos movimentos de luta de classes, argumentando que as formas de ação dos movimentos sociais mudaram porque as mudanças nas formas de exploração e dominação do trabalho mudaram. No passado, a dominação e a exploração ocorriam através da simples apropriação dos resultados do trabalho. Atualmente, isso ocorre através da manipulação de organizações, informações, símbolos culturais e relacionamentos interpessoais.

O autor também fornece uma visão geral histórica das teorias sobre MS. Ele ressalta que as teorias estruturais da década de 1970 explicam por que um movimento se estabelece, mas não descreve como ele opera concretamente. Por outro lado, quem trabalha com a Teoria da Mobilização de Recursos vê apenas o lado operacional, mas não as motivações. Melucci (1989) acredita que os dois paradigmas são complementares, mas, infelizmente, os pesquisadores da Mobilização de Recursos consideram suas teorias como teorias globais sobre MS.

A partir dos anos 1980, Melucci considera que houve uma dispersão dos movimentos sociais devido à proliferação de diferentes grupos culturais nas sociedades. Essa luta múltipla e diversificada substituiu a luta de classes tradicional, usando as novas redes que se tornaram possíveis através das novas tecnologias da informação. O autor argumenta que as sociedades atuais devem saber conviver com seus conflitos sociais internos sem aspirar a uma síntese ou entrar em colapso.

Reforçando as pautas identitárias dos novos movimentos sociais, Taylor (1989) relata que os movimentos feministas nos EUA se mantiveram mesmo em épocas em que não eram populares junto ao grande público devido aos fortes laços afetivos entre suas integrantes e ao forte peso simbólico de suas atividades.

Continuando a linha do tempo, Alexander (1998), em relação a outros estudos sobre movimentos sociais, relata que sempre foi feita uma interpretação histórica das revoluções. Nessas revoluções, segundo o autor, os oprimidos sempre buscam substituir uma forma opressiva de modelo de estado por uma similar, argumentando que os resultados serão diferentes devido a diferenças de intencionalidades. Isso é ilustrado metaforicamente por Orwell (2007 [1945]), em que um grupo de animais de fazenda toma conta do manejo de uma fazenda e reproduz gradualmente a

opressão anteriormente praticada pelos seres humanos. Segundo Touraine (1978), essa é precisamente a diferença entre a luta de classes SM e o NSM, porque as últimas buscam apenas liderar os processos de historicidade, não necessariamente pelo poder do Estado. Para este autor (op. Cit), a historicidade é constituída pelas orientações culturais majoritárias pelas quais a sociedade organiza normativamente suas relações com o meio ambiente.

Considerando o contexto dos movimentos sociais na América Latina, Gohn (2011) relata que, na década de 1990, os movimentos indígenas se destacaram no contexto brasileiro. A partir dos anos 2000, ela observou que houve um renascimento dos movimentos comunitários de bairro, principalmente no México e na Argentina. Outros exemplos apontados pelo autor apareceram com o amadurecimento de manifestações de insurgentes como os catadores na Argentina, os plantadores de coca (na Bolívia e no Peru) e os zapatistas no México. No Brasil , são citados o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento Via Campesina , inspirados pelos opositores ao regime militar nas décadas de 1970 e 1980 e pelo movimento da Teologia da Libertação. Segundo Ridenti (1990), como mulheres constituídas entre 15% e 20% dos grupos armados urbanos brasileiros na época da ditadura, segundo dados estatísticos extraídos do Projeto Brasil: Nunca Mais (ARNS, 1985), um estudo quantitativo sobre os 695 processos movidos pelo regime militar contra seus adversários nas décadas de 1960 e 1970.

Alvarez (2014), por sua vez, considera que houve efeitos contraditórios entre movimentos sociais de mulheres e o neoliberalismo na América Latina. Por um lado, os movimentos sociais foram cooptados por organizações internacionais, ao permitirem que suas ativistas participassem de encontros internacionais com financiamento internacional. Isto diminuiu a isenção dos MSM latinos e seu engajamento em agendas endógenas. Por outro lado, ela considera que esta capacitação em nível internacional produziu um efeito de transnacionalização dos MSM e sua inserção em movimentos mais amplos, como o Fórum Social Mundial, e a profusão de governos estatais de esquerda na América Latina. Ela argumenta que os governos de esquerda foram propulsionados pelos movimentos sociais latinos, com maioria de baixa renda, que têm maioria feminina devido ao fenômeno global de feminização da pobreza.

Este fenômeno é ainda mais prevalente na América Latina, pois Hoffman e Centeno (2006) consideram que a participação feminina no mercado de trabalho da América Latina se dá em cargos estereotipados como femininos e em menor proporção do que na Europa, América do Norte e Ásia. A preferência dos cargos é por mulheres solteiras e sem filhos. Além disso, a alta taxa de analfabetismo feminino na América Latina, principalmente no meio rural, impede o avanço das mulheres em profissões bem remuneradas.

Nos tempos atuais, Paulista (2013) e Macedo Filho e Costa (2014) relatam que as mulheres são maioria nos movimentos de luta por moradia, devido a processos de socialização das mulheres que as vinculam ao ambiente doméstico. Segundo Fontes (2003), estes processos seriam responsáveis pela vinculação de mulheres aos movimentos sociais, por serem elas a sentirem mais os efeitos da falta de infra-estrutura ao conviverem por mais tempo nos ambientes doméstico e comunitário. Por outro lado, Oliveira (2012) encara estes movimentos como lugares de empoderamento feminino, pois têm liderança predominantemente feminina e se configuram também como espaços de abrigo face a situações anteriores de violência doméstica para mulheres e crianças. Segundo Oliveira (op. cit), esta noção de abrigo contra violência doméstica pode ser vista inclusive nas normas implícitas e explícitas internas a estes movimentos, em que um agressor pode ser expulso de uma ocupação devido à prática de violência doméstica. Outra forma de empoderamento, segundo as autoras, é a aprendizagem sobre articulação política, necessária para as interações com gestores públicos ou políticos eleitos em nível municipal, predominantemente homens de classes mais abastadas.

Safa (1990) relata que na América Latina em geral, devido às ditaduras vigentes em diferentes países, os MSM eram os únicos permitidos, pela crença estatal em sua inofensibilidade. Estes movimentos, segundo a autora, eram protegidos pela Igreja Católica, de acordo com os preceitos da Teologia da Libertação.

Outras tendências apontadas pelo autor na América Latina são a recente interação entre os movimentos sociais rurais e urbanos e a politização dos movimentos ambientais. Como exemplos deste último, há o movimento contra a instalação de indústrias de papel no Uruguai e contra a mineração na Argentina. No

Brasil, ambientalistas aderiram a movimentos populares nos casos de transposição do rio São Francisco, nos movimentos de pessoas afetadas pela construção de barragens e em defesa de pequenos agricultores.

Aqui também estão tendências como as conquistas do movimento negro em termos de cotas nas universidades e políticas estudante finanças. Outras lutas e greves também se desenvolveram dentro da estrutura geral do movimento estudantil no México, Chile e Brasil, em defesa da qualidade do ensino básico e superior e contra a corrupção no setor.

A justificativa para sua existência, segundo Gohn (2011), é a capacidade de diagnosticar a realidade social, construindo alternativas de maneira proposicional. Além disso, contribuem para a conscientização, mobilização e formação de grupos de pressão na sociedade. Eles também podem, por meio de parcerias com movimentos sociais semelhantes, tornar o controle social das instituições públicas mais eficaz.

Na seção seguinte, apresentaremos exemplos e características de diferentes movimentos sociais da mulher em todo o mundo e também no Brasil. Pode ser visto na próxima seção que, desde o início do século XVII, eles apresentam traços do NSM, principalmente a agenda de identidade / direitos humanos e a recusa de derrubar o poder do Estado por meios autoritários.

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES NO MUNDO E NO BRASIL

Segundo Alves e Pitanguy (1994), pode-se apontar o início dos movimentos sociais feministas desde o século XVII (EUA) e XVIII (França e Inglaterra). Ferree e Mueller (2004) apontam, como características comuns a esses movimentos, a luta contra os mecanismos de opressão, a fim de conceder acesso a oportunidades baseadas no gênero, explicitamente intencional ou não dentro desses movimentos.

Nos Estados Unidos, por exemplo, Ann Hutchinson reuniu uma congregação de mulheres em sua casa para aumentar a conscientização sobre a misoginia no calvinismo. Ela foi condenada ao banimento de sua comunidade em 1637.

Na França, na época da Revolução Francesa, as mulheres não viam seus direitos sobre seus próprios corpos e propriedades serem cobertos pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Portanto, de acordo com Diamond (1998a),

eles entregaram à Assembléia Geral em 1789 um documento reivindicando esses direitos. Sem sucesso, Olympe de Gouges (1997 [1791]), escritora e dramaturga, insiste e elabora a Declaração sobre os Direitos da Mulher e da Cidadã, estendendo os direitos da Declaração dos Direitos Humanos em 17 artigos que não as mulheres endereço. Ela foi culpada por isso em 1793, duas semanas após Maria Antonieta. Além dessa revisão da declaração de direitos autorais do homem, uma autora era conhecida por seus ataques à Comédia Francesa e ao revolucionário Robespierre com seus assassinatos políticos, seu ativismo e associativismo feminista, assim como sua apologia à sororidade.

Apesar de seus esforços e da forte participação feminina nas lutas francesas, Diamond (1998b) relatou que a Comuna de Paris tinha o lar como lugar feminino, à luz de obras profundamente misóginas consideradas humanistas como o *Émile* de Rousseau (1995). Segundo os costumes da época, mulheres que participavam da esfera pública, como Louise Michel, eram vistas como prostitutas ou desviantes sociais. Ela e várias participantes da Comuna foram deportadas para a Guiana ou para a Nova Caledônia.

Na Inglaterra, Mary Wollstonecraft (1792) escreveu a *Defesa dos Direitos da Mulher*, contestando as diferenças naturais de caráter ou intelecto entre os sexos. Ela exigiu que as diretrizes para a educação visassem a autorrealização para todos os seres humanos, inspiradas por Rousseau (1995 [1762]), exceto pela subordinação feminina defendida pelo autor masculino. Segundo Abreu (2002), o intelectual clássico francês que mais apoiou a emancipação feminina foi a Condorcet. Condorcet (2012 [1790]) declara explicitamente que todos os seres humanos têm os mesmos direitos ao longo de sua obra sobre os direitos femininos na esfera pública urbana.

O movimento universal por sufrágio, por sua vez, começou em 1848 na Convenção de Seneca Falls, nos EUA, com a publicação de uma paráfrase feminista da Declaração de Independência (MCCAMMON, 2003). Em 1865, na Inglaterra, John Stuart Mill apresentou um projeto de lei para fornecer sufrágio universal. Devido à falta de apoio institucional para esse projeto, as feministas britânicas tiveram uma ala que radicalizou, denunciou *Sufragettes*, realizando protestos com danos materiais.

Na primeira cooperativa moderna (1848), a Sociedade de Pioneiros Equitativos de Rochdale, localizada em Manchester, Inglaterra, houve voto feminino. A cooperativa era composta por 28 membros, um dos quais era mulher (HOLYOAKE, 2008). Provavelmente, ela foi a primeira mulher a exercer o direito de voto em um espaço coletivo na Inglaterra (SAGGIN; ALVES, 2019).

Pereira e Cançado (2018) aproximam o conceito de Gestão Social e os princípios cooperativistas de 1848, encontrando grande afinidade entre a Gestão Social e o cooperativismo. Trabalho semelhante ao Cançado (2016), que se aproxima ou coopera dos princípios da economia solidária, encontrando resultados semelhantes. Nessas organizações, desde sua origem não há distinção entre voto masculino e feminino.

Voltando ao contexto do pós-guerra nos EUA, houve um revés no papel das mulheres na sociedade, levando Betty Friedan (2000) a criticar a expectativa de domesticidade feminina em seu trabalho *The Feminine Mystique*. Juntamente com essa reação, Costain e Majstorovic (1994) relataram que os movimentos a favor dos direitos das mulheres nos EUA recuaram na década de 1960, em conjunto com outros movimentos de grupos excluídos, como negros e latinos, em defesa de seus direitos civis. Essa expansão dos movimentos sociais em geral ocorreu devido à rejeição americana da sociedade civil à Guerra do Vietnã (JEFFORDS, 1989). No caso de movimento por direitos civis, houve participação majoritária de mulheres negras (STEWART, 1998).

West (1998) relatou que estes movimentos por direitos civis geraram os movimentos em defesa de políticas de Bem-Estar Social, cujos focos são políticas assistenciais para mulheres e crianças carentes. Estes movimentos tinham maioria e liderança femininas de todas as raças, com pico de 25.000 componentes na década de 1970.

Gomes e Sorj (2014) relatam que, historicamente, os primeiros movimentos feministas foram formados em regiões com altos indicadores socioeconômicos (mulheres brancas, ensino médio, classes média e alta) com foco em direitos de voto (sufrágio), propriedade, aborto de divórcio, políticas públicas para planejamento familiar e creches públicas. Os movimentos feministas pós-coloniais, por sua vez, começaram na década de 1990, porque mulheres de outros países,

grupos étnicos pertencentes a outros grupos sociais não se identificavam com os movimentos feministas majoritários da época (NASCIMENTO; MARTINS, 2012). Frequentemente, as demandas pós-coloniais tinham a ver com a opressão múltipla devido à classe social, etnia e gênero, como é o caso de mulheres negras, latinas e indígenas em todo o mundo.

Em outros casos, como o de camponeses indianos (SHIVA, 1988) e canadenses indígenas (WILSON, 2005), feministas aderiram a movimentos ambientais para promover a preservação dos recursos naturais. No caso indiano, a luta foi pela preservação das sementes nativas contra a hegemonia das sementes transgênicas das multinacionais; no caso dos canadenses, foi a preservação de reservas ambientais contra mineração e extração de madeira, bem como a organização de manifestos contra a implantação de usinas nucleares. Outras demandas de indianos do WSM foram educação de meninas, remuneração e tratamento justo para os setores agrícolas de castas inferiores e direito a um segundo casamento de viúvas (OMVEDT, 2015; ROY, 1995).

Segundo Costain e Majstorovic (1994), os principais grupos americanos datam dos séculos 19 e 20, como a Associação Americana de Mulheres Universitárias (WASHINGTON, 1881), a Federação Nacional de Mulheres Trabalhadoras e Empresárias (KENTUCKY, 1919) e Liga Eleitoral Feminina (WASHINGTON, 1920), Organização Nacional da Mulher (WASHINGTON, 1966) e Caucus Político Nacional da Mulher (WASHINGTON, 1971). Percebe-se que o escopo desses grupos é bastante variado, da igualdade de gênero à promoção da produção científica feminina e das candidatas a cargos eletivos.

Mais recentemente, em escala mundial, houve uma retomada desses movimentos devido às guerras ocorridas desde o início do século XX, forçando as mulheres a deixar o mercado de trabalho devido à falta de trabalho masculino. Aproveitando esse momento, eles exigiram principalmente o direito de voto, propriedade e divórcio.

O desempenho desses grupos é importante devido à interface que eles promovem entre o governo e a sociedade civil. Exemplos disso foram a consulta pública nacional em 1972 sobre o acesso ao crédito nos Estados Unidos, devido à negação ou corte de crédito financeiro para mulheres que haviam mudado o estado

civil, bem como a Lei de Discriminação da Gravidez (1978), que proíbe empresas discriminar as gestantes na contratação, avaliação e demissão (COSTAIN; MAJSTOROVIC, 1994).

Olhando para o contexto brasileiro, Alves e Pitanguy (1994) consideram que o sufrágio chegou mais tarde através da articulação política promovida pela professora Deolinda Daltro em 1910 no Rio de Janeiro e pela cientista Bertha Lutz em São Paulo em 1919. Essa articulação foi ampliada para os vários estados brasileiros sob a forma de leis estaduais e foi finalmente contemplado nacionalmente por um decreto-lei de Getúlio Vargas em 1932. No mesmo contexto histórico, Possas (2012) considera que também houve movimentos de folga como a Ação Integralista Brasileira (AIB), que formava mulheres para serem donas de casa cristãs com aulas de corte, costura, puericultura e afins.

Em um contexto global, Gohn (2007) aponta que as mulheres são maioria nos movimentos de ação coletiva pública, como movimentos de assistência social, lutam por melhores condições de vida e prevenção às drogas, mas ainda são as maiores vítimas de violência doméstica. Segundo Chen (2001), esta síndrome ocorre devido às mulheres que sofrem principalmente de trabalho informal no mundo inteiro, constituindo-se em alguns países como Índia, Indonésia, Benim, Chade e Mali e quase estão sujeitos ao setor econômico informal. Além disso, Chen relaciona estatísticas estatísticas que o trabalho informal é o contexto com mais pessoas pobres no mundo inteiro, devido à precariedade das condições de trabalho e à falta de comparação legal entre os trabalhadores. Ainda dentro do trabalho informal, uma segmentação por gênero favorece os homens, que usa os investimentos financeiros maiores e o setor alimentar.

Dentro de um contexto feminista pós-colonial atual, Ferree e Mueller (2004) argumentam que as teorias se espalham e se diversificam tanto através de bases acadêmicas quanto através da migração de acadêmicos ou militantes. Essas migrações, segundo os autores, fornecem pontes intelectuais e possibilidades de ação entre vários países e continentes, com possibilidades de coalizões entre movimentos locais. Essas coalizões foram formalizadas por meio de organismos internacionais, tais como Conselho Internacional da Mulher, a Comissão Interamericana de Mulheres, a Aliança Internacional para o sufrágio feminino e Liga

Internacional das Mulheres para a Paz e Liberdade, aumentando assim a sua participação nas decisões e setores das Nações Unidas - ONU e entidades relacionadas.

Em muitos países africanos em estado de guerra civil, houve um aumento significativo no número de mulheres eleitas por mulheres devido à participação masculina em guerras (PRESTAGE, 1991; ABDULLAH ET AL, 2010). Em termos gerais, esse aumento em termos mundiais só foi efetivamente alcançado pelas políticas de cotas em posições eletivas. No caso da América Latina, a Lei Cupos na Argentina, em 1991, foi o primeiro desses regulamentos (ÁLVAREZ, 2012). No caso brasileiro, Sacchet (2009) aponta que naquela época apenas 10% da Câmara dos Deputados era ocupada por mulheres. Atualmente, Pains (2018) aponta que esse percentual é de 10,5% e coloca o Brasil na posição 152 em termos de representação feminina em cargos eletivos federais.

Santos et al (2012) relatam que em nível mundial, a participação feminina em cargos eletivos tem como fomentador principal o capital próprio da candidata e o peso do partido a que pertence. Estes autores argumentam que, em geral, os partidos de esquerda possuem políticas internas mais consistentes de igualdade de gênero. No caso do Brasil, o fator preponderante é o parentesco com políticos bem estabelecidos.

Basu (2009) defende que uma forma de aumentar a representatividade feminina em cargos eletivos é uma adesão a convenções de direitos humanos femininos promovidos pela ONU, como no México (1975), Copenhague (1980), Nairobi (1985) e Pequim (1995). Além disso, Vanin e Souza (2014) consideram a inclusão estratégica de pautas feministas em grandes áreas como direitos humanos, saúde e desenvolvimento social, sensibilizando uma sociedade em geral para a importância delas. Desta forma, uma pressão por cumprimento das cláusulas das convenções leva a uma sensibilização dos parlamentares de forma a aumentar a representatividade feminina em cargos eletivos e comissões, conforme verificado no Sri Lanka e em Bangladesh segundo Basu (op. Cit). No Brasil, desde 1997, as mulheres representam obrigatoriamente pelo menos 30% dos candidatos a cargos eleitos (BRASIL, 1997). Em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu que pelo

menos 30% dos recursos do fundo partidário deveriam ser utilizados em campanhas femininas (TSE, 2018).

No caso do Paquistão, segundo Basu (op. cit), os movimentos feministas são aliados centrais na defesa de processos eletivos democráticos imparciais. A autora também relata que em Bangladesh, 10% dos cargos públicos são reservados para mulheres e 5% para vítimas de estupro, devido à ocorrência generalizada desta forma de violência no país e outras formas de discriminação contra mulheres.

Como exemplo de um movimento de mulheres pós-coloniais, embora não seja um movimento feminista em si, Gondorová (2014) afirma que as mulheres tiveram uma forte participação no movimento da Primavera Árabe da Tunísia, chamado localmente de Revolução do Jasmim (2010-2011). O autor ressalta que, no mundo árabe, existem diferenças nos padrões culturais entre as mulheres nos vários países que compõem o grupo, muitas vezes subsumidas por um rótulo e um viés eurocêntrico. No caso específico da Tunísia, o autor considera que o país possui a legislação árabe mais progressista em termos feministas, implementada pelo primeiro presidente Habib Bourguiba em 1957, em afinidade com parceiros comerciais como EUA e Israel. No entanto, os costumes tradicionais geralmente se sobrepõem à legislação atual.

No caso da Tunísia, o autor relata uma história de forte participação feminina em movimentos sociais anti-coloniais e anti-autoritários, como testemunhado contra a colonização francesa que levou à independência em 1956, protestos da união nacional em 1978, revolta nacional contra o aumento do preço de pão (causado pelas diretrizes do Fundo Monetário Internacional) em 1984 e a revolta contra as más condições de trabalho e a compensação nas minas de fosfato de Gafsa (2008). No entanto, essa participação ainda sofre resistência devido à ideologia generalizada na sociedade de separação entre esfera pública versus esfera pública entre os sexos. Gondorová (2014) descreve o processo de participação feminina nos movimentos como um ciclo alternado no qual só há endosso efetivo para elas em tempos revolucionários. No resto do tempo, espera-se que retornem às suas tarefas domésticas e reprodutivas.

Outra ameaça após a Revolução Jasmine é que o novo governo não oferece garantias legais às mulheres que o governo deposto ofereceu por causa do foco

imediatamente na criação de empregos, segurança pública, desenvolvimento econômico e promulgação da Nova Constituição, configurando um revés para mulheres tunisinas. Além disso, houve um revés na representação feminina no cargo eletivo naquele país devido à maioria islâmica do partido Ehnanda. No entanto, as mulheres islâmicas sentiram que foram contempladas, porque a proibição do uso do véu islâmico em vigor desde 1956 foi barrada.

No contexto da América Latina, Jaquette (1973) acredita que existe uma tradição de participação feminina nos movimentos revolucionários latino-americanos, como é o caso de: Juana Azurduy na Bolívia; Juana Robles no Uruguai; Margarita Neri, líder indígena argentina; Elisa Acuna, que lutou com Flores Magon e Emiliano Zapata no México; Haydee Santamaria Vilma Espin e Celia Sanchez, que lutaram com Fidel Castro em Sierra Maestra, ocupando altas cargas administrativas cubanas em seguida. Ela é caracterizada como guerrilheiras latino-americanas como mulheres jovens, com vinte e poucos anos, Participantes da classe média alta, alta escolaridade, frequentemente expostas ou parentes revolucionárias. Entre suas motivações estão uma luta contra o subdesenvolvimento material e atitudinal. Nos casos do México e da Bolívia, como mulheres tiveram perfil predominantemente indígena e a participação em movimento zapatista levou uma subversão de expectativas misóginas associadas a mulheres em contexto indígena (ROUSSEAU, 2011; NASCIMENTO E MARTINS, 2012).

Em períodos pós-revolucionários, Jaquette (op. cit) aponta que houve influência feminina nos bastidores, como a de Hermila Galinda de Topete, secretária privativa do presidente mexicano Venustiano Carranza, que o influenciou para aprovação da legislação sobre divórcio.

No caso cubano, segundo Jaquette (op. cit), o regime castrista atuou ativamente para aumentar a participação feminina no trabalho remunerado, alterando conseqüentemente as relações familiares de subordinação, sem no entanto modificar os estereótipos profissionais de gênero. As políticas cubanas mais significantes neste sentido foram as creches, escolas integrais, refeitórios e centros de serviço social em larga escala, acesso gratuito a contraceptivos, legalização do aborto e legalização do divórcio com mútuo consentimento. Vilma Espin, revolucionária cubana, acreditava que Cuba não deixaria de ser subdesenvolvida

enquanto todas as mulheres não estivessem disponíveis para o trabalho remunerado.

Este incentivo à participação feminina no mercado de trabalho é importante, pois em contextos de alto desemprego, como ocorreram na Europa Oriental Central segundo Einhorn (1991), há uma propagação, por um lado, da ideologia da domesticidade feminina e, por outro, um aumento da prostituição feminina por necessidade. Na antiga Alemanha Oriental, a autora relata que as mulheres tinham incentivos para a participação no mercado de trabalho similares aos de Cuba à época de Fidel Castro.

Voltando à América Latina, Einwohner et al (2000) e Paula (2017) também exemplificam a participação feminina preponderante em um movimento não feminista: As Mães da Plaza de Mayo, na Argentina. Eles começaram o movimento em abril de 1977, realizando protestos públicos denunciando o desaparecimento de amigos e familiares devido à ditadura. Inicialmente, seus objetivos incluíam recuperar as pessoas presas que desapareciam vivas. Atualmente, o foco da ação é enterrar seus mortos e punir os responsáveis por desaparecimentos e torturas. Elas podem aproveitar a ideia de que as mães são inofensivas para organizar protestos, utilizando grupos de senhoras nas igrejas para agregar mais mulheres ao movimento.

Ainda na Argentina, outro exemplo é apresentado por Barker (2007), enfatizando que mais da metade do Movimento Piquetero Argentino é formado por mulheres. No entanto, como na maioria dos movimentos de esquerda e guerrilhas (exceto os zapatistas), as demandas das mulheres foram relegadas a segundo plano, priorizando os objetivos da luta de classes (BLAY, 2001, 2012). Uma maneira de atrair mulheres para o movimento era o discurso de valorização da família trabalhadora. Um efeito colateral da adesão feminina aos papéis tradicionais de gênero nos movimentos de esquerda é a atribuição de ocupações femininas típicas, como limpeza, culinária e tarefas de secretariado (BLUMBERG, 1998).

Outro movimento que tem participação feminina, no caso brasileiro, é o Movimento dos Sem Terra. No início da década de 1980, a participação das mulheres no movimento era mínima por causa da cláusula de que apenas um membro por família podia ser afiliado a sindicatos vinculados ao CONTAG

(Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), geralmente o chefe de família (DEERE, 2003). Na opinião do autor, outra questão era que, na forma do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), até o ano 2000, havia apenas um campo no formulário para designar o proprietário. Em geral, os funcionários do governo escolheram chefes de família masculinos para essa posição.

Devido a essas posições retrógradas brasileiras, tanto nos movimentos sociais quanto no Estado, a propriedade conjunta da terra dos casais é opcional, enquanto em outros países da América Latina é obrigatória. Isso leva a discrepâncias como a posse de apenas 5% das terras rurais brasileiras pertencentes exclusivamente a mulheres, enquanto 87,32% possuem propriedade exclusiva de homens (VILLELA, 2016). Na Colômbia, por exemplo, 45% da propriedade de terras de colonos rurais é conjunta (DEERE, 2004).

Essa propriedade exclusiva de homens é problemática principalmente para os pequenos agricultores, onde o trabalho é conjunto e compartilhado, mas em caso de separação, a subsistência da família está apenas nas mãos dos homens. Esse fenômeno da falta de enfoque nas políticas de acesso à propriedade feminina de terras pode ser devido à falta de consciência da importância do direito à propriedade individual das mulheres por agentes do Estado e dos movimentos sociais na luta pela terra (BONFIM, COSTA; LOPES, 2013).

Schwendler (2009) corrobora esta posição ao determinar que os critérios de seleção de propriedade da terra na reforma agrícola excluem sistematicamente como mulheres solteiras. Em geral, como as mulheres são registradas como dependentes de seus sistemas marinhos, o que gera uma impossibilidade de acesso individual a crédito agrícola e direitos trabalhistas e previdenciários. Além disso, esse direito à propriedade da terra possibilita a autonomia econômica dos colonos, propiciando a resolução de situações de violência doméstica.

Segundo Whitehead e Tsikata (2015), a exclusão do direito à propriedade de terra também ocorreu no Quênia, em que no momento da titulação das terras foram negados os direitos de posse a mulheres, pastores, caçadores, coletores, pessoas de classes baixas, ex-escravos e membros de tribos minoritárias. Em geral, os

direitos de propriedade eram conferidos às elites políticas e econômicas nos primeiros anos de independência do país.

Deere (2003) ressalta que a participação feminina nos movimentos brasileiros de posse de terra começou na década de 1980, gerando aspectos internos específicos, como os movimentos dos trabalhadores rurais. Essa participação foi promovida principalmente devido à disputa entre a CONTAG e a CUT (Central Única dos Trabalhadores - Confederação Central do Sindicato dos Trabalhadores) pelos trabalhadores rurais sindicalizados. Como resultado, o MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais) foi criado em 1986, em conjunto pela CUT e CONTAG, em um esforço de conciliação, trabalhando principalmente nas regiões Norte e Nordeste.

Segundo Paulilo (2009) e Araújo (2017), na região Sul, o Movimento de Mulheres Agricultoras, iniciado em Santa Catarina, promoveu a criação do Movimento de Mulheres Camponesas, que inclui mais mulheres das regiões Sul e Sudeste.

Algumas realizações desses movimentos de mulheres foram a proteção dos direitos trabalhistas e previdenciários na Constituição de 1988. Sales (2007) enfatiza a importância do artigo 189, parágrafo único da Constituição, sobre a igualdade de direitos de homens e mulheres na obtenção de título de terra ou concessão de uso da terra para fins de reforma agrária.

Na visão de Deere (2003), em 1989, a Comissão Nacional de Mulheres do MST perdeu a funcionalidade e as mulheres do movimento foram incentivadas a ingressar no Movimento de Mulheres Camponesas. Por outro lado, a Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul promoveu, juntamente com a CUT, um movimento de incentivo para os trabalhadores rurais se declararem no censo e, juntamente com os órgãos oficiais como trabalhadores, em vez de donas de casa ou familiares não remunerados. Na mesma linha ideológica, em 1993, a CUT aprovou um sistema de cotas de 30% para mulheres em posições de liderança nos níveis nacional, estadual e regional.

Sales (2007), por sua vez, ressalta que, em 1995, como resultado de várias articulações em nível nacional, nasceu a Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Depois de todos esses fatores, em 2000 , foi alcançada a

possível opção pela posse conjunta da terra aos casais assentados, adquirida através da Marcha das Margaridas no mesmo ano.

Como pode ser visto ao longo da performance dos vários WSM, sempre existem correntes progressivas e conseqüentes nos movimentos, muitas vezes com protagonismo feminino nas asas mais conservadoras. O que parece ser a maior contribuição dos próprios movimentos é o aprendizado da participação das mulheres na esfera pública e em instâncias organizadas da sociedade civil. Acredita-se que esse aprendizado pode levar a uma melhoria nas socioeconômicas condições dos participantes, tornando a sua participação ainda mais qualificada. Segundo Stewart (1998), uma participação em movimentos sociais tem como principais conseqüências como escolhas de trajetória de vida de seus participantes em termos pessoais, profissionais e relacionados.

Outro resultado possível é a formação de liderança nas novas gerações, a fim de promover um círculo virtuoso de participação feminina na esfera pública. Embora as novas gerações sofram um efeito de reação pós-feminista (MCROBBIE, 2004), deve-se reconhecer que as lutas feministas das gerações anteriores trouxeram melhorias nas condições socioeconômicas das gerações atuais. Por outro lado, conforme padrão Alpízar e Wilson (2005), feministas mais velhas usam aprender a trabalhar com novas formas de ativismo de feministas mais jovens, de forma a promover relações de mentoria e não bloquear a ascensão de mais jovens nas feministas.

Na seção seguinte, são apresentados alguns dos Movimentos Sociais com a participação de mulheres mais expressivas no Brasil.

2.3 GESTÃO SOCIAL NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MULHERES

A gestão social é um campo de estudos desenvolvido no Brasil. Esse campo teve origem nos anos 2000 e hoje possui dezenas de centros participantes, um encontro nacional, algumas revistas que levam a Gestão Social no título e muitas outras que o têm em seu escopo. Em língua espanhola, um estudo recente identificou apenas um trabalho que poderia classificado como gestão social à brasileira (HERNANDÉZ; CANÇADO, 2017). Em inglês, existem alguns textos na Europa que se aproximam do conceito, mas a maioria dos artigos de origem chinesa

a Gestão Social é definida de modo contrário à brasileira. No Brasil ela pode ser definida como uma participação horizontal, sem coerção. é uma participação. Na China a grande maioria dos artigos define gestão social como a gestão da sociedade pelo Estado (CANÇADO, MARINHO, IWAMOTO, 2018).

Retomando Cançado, Pereira e Tenório (2015), a Gestão Social baseia-se na tomada de decisão coletiva sem coerção, com as seguintes características: transparência, inteligibilidade, diálogo e emancipação. Existem, portanto, algumas indicações de Gestão Social no MSM do Brasil.

É importante enfatizar que as empresas mencionadas podem ser classificadas, a priori , em algumas categorias. Alguns são provenientes de reassentamentos causados pela construção de usinas hidrelétricas. Nesse caso, os participantes dos movimentos foram realocados em "novos" espaços territoriais (Usinas Estreito e Lajeado), o que justificaria seu estágio inicial de desenvolvimento. Outra categoria são os movimentos baseados na produção, como o capim dourado e o coco babaçu. As outras empresas estão inseridas em empresas nas quais a característica "feminina" não é exclusiva, como o Movimento dos Sem Terra e a Via Campesina, bem como os Sindicatos Rurais.

Um fator importante é a articulação desses movimentos com órgãos governamentais, o que mostra que a participação ocorre além do próprio empreendimento, com impacto na esfera pública.

Como o acesso à informação foi feito por meio de dados secundários, o objetivo aqui é delinear uma agenda de pesquisa sobre o tema dos movimentos de mulheres no Tocantins. Assim, é importante nas pesquisas subsequentes interpretar a natureza coletiva das decisões nessas empresas, bem como o próprio processo de tomada de decisão. Até que ponto a intersubjetividade, inteligibilidade, transparência e emancipação nessas relações podem ser percebidas? Poderiam ser encontrados recursos da Gestão Social nessas experiências?

No entanto, a questão da coerção aparece como a questão norteadora central das próximas intervenções. Até que ponto essas mulheres conseguem se expressar, expressar sua opinião e decidir de acordo com o que pensam? Como ocorre esse processo de empoderamento ou emancipação?

Conforme as experiências apresentadas algumas respostas são possíveis. Para conseguir seus direitos (voto, posse da terra, liberdade...) as mulheres se reuniram em movimentos, cuja dinâmica passa pela participação. Aqui está o primeiro ponto de encontro com a gestão social. Pode-se ainda dizer que estes movimentos enfrentaram o *stablishment* e sua força vem das ideias, calcadas na voz, mudança e representatividade. A gestão Social é um caminho pelo qual a voz coletiva pode trazer mudança e gerar representatividade. Entende-se que são movimentos com características peculiares, mas representam direta ou indiretamente cerca da metade da população do planeta.

A Gestão Social também possibilita o controle social. Controle social aqui entendido como o controle do Estado pela sociedade (SILVA et al, 2017). A Gestão Social seria o meio e o Controle Social seria o porquê. Controle social não apenas para fiscalizar o governo, mas também para exigir mudanças. Um exemplo seria a manifestação de 15 de Agosto de 2019 em mais de 200 cidades brasileiras pedindo mudanças na política educacional. Nesse sentido, os MSM podem ser considerados ações de controle social, pois historicamente lutaram pelos direitos das mulheres.

Por fim a emancipação é central na gestão social, entendendo emancipação como livrar-se da tutela de alguém e pensar por conta própria (CHAUÍ, 2011). Situação bastante presente nos MSM.

Sem a pretensão de esgotar o assunto, pode-se dizer que existem indícios que os MSM atuam em uma lógica de Gestão Social. Obviamente estudos empíricos são necessários para avançar nessas conclusões.

A seguir são apresentadas as considerações finais

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi qualitativa, utilizando a abordagem de entrevistas por e-mail, conforme preconizada por vários autores (MEHO, 2006; HUNT; MCHALE, 2007; HAMILTON; BOWERS, 2006; ABELS, 1996; SELWYN; ROBSON, 1998; BAMPTON; COWTON, 2002; MCCOYD; KERSON, 2006; BURNS, 2010; RATISLAVOVÁ, 2014; BOWDEN; GALINDO-GONZALEZ, 2015; JAMES, 2016; HAWKINS, 2018).

Foram enviados 1500 e-mails com o roteiro de entrevista de 72 perguntas ao longo de 30 dias. Foram respondidos e-mails por sete mulheres de diferentes movimentos sociais brasileiros. Como universo para busca das entrevistadas, foi utilizado o banco de OSCIPs do ministério da justiça (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2020). Não se pretende neste estudo representar a maioria dos MS brasileiros, mas se obter um olhar feminino específico sobre alguns MS brasileiros.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Nesta seção, são apresentados os resultados e discussões relativos às entrevistas por e-mail realizadas neste trabalho. As entrevistadas foram denominadas em códigos de E1 a E7, de forma a manter o anonimato acordado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistadas estão em média há 4,3 anos em seus respectivos movimentos. Segundo Cress et al (1997), a grande duração em anos de participação está altamente vinculada à alta intensidade da participação dos membros de um movimento social. Além disso, os autores demonstraram que altas demandas por parte dos MS levam à maior duração da participação nos MS. No caso das entrevistadas do estudo presente, isto pode demonstrar um alto comprometimento das mesmas com seus movimentos.

Todas as entrevistadas possuem pós-graduação, na forma *Lato* ou *Stricto Sensu*. Isto pode ser explicado por Olcese et al (2014), que reconhece a prevalência de universitários em movimentos sociais. Segundo as autoras, os conteúdos, principalmente das áreas humanas, acessados da formação universitária em diante funcionam como gatilhos para a conscientização e consequente participação em MS e protestos. Além disso, as autoras reconhecem que há redes de mobilização e recrutamento de participantes de MS dentro das universidades.

Corroborando o aspecto anterior, todas as entrevistadas possuem formação na área de Ciências Humanas ou Sociais Aplicadas. Zald (1995) argumenta que a participação em movimentos sociais contribui para a acumulação de conhecimento em Ciências Humanas, o que pode ocorrer no caso das entrevistadas. Além disso, a maioria das entrevistadas atua profissionalmente como professora, o que contribui para que a aprendizagem ocorrida dentro dos MS perpassasse as suas práticas em sala de aula.

No eixo 1, a seguir, são analisadas as questões constantes em Oliveira (2007), abordando memórias femininas e experiências de resistência.

EIXO 1 – MEMÓRIAS FEMININAS E EXPERIÊNCIAS DE RESISTÊNCIA

Em termos de entrada nos MS, as entrevistadas foram convidadas por amigas, parentes ou colegas de trabalho ou que participavam de movimento

estudantil ou outros movimentos sociais. Simon et al (1998) consideram esta forma de entrada nos movimentos sociais comum. Segundo os autores, isto se deve à crescente articulação de grupos socialmente vulneráveis na forma de movimentos sociais. Ela se dá num primeiro momento pela identificação em nível individual com um problema coletivo sofrido por um determinado tipo de minoria.

Como causas para a vinculação ao movimento, foram citadas a necessidade de articulação com pares com vistas à visibilidade e o empoderamento de vulneráveis. Klandermans (2004) considera que o processo de mobilização individual depende de quatro fatores: (1) A causa do movimento tem apelo para os cidadãos individualmente? (2) As redes de articulação do movimento têm ligação com as redes dos indivíduos em geral? (3) A atividade do movimento está se mobilizando para ter apelo a cidadãos individualmente? (4) O movimento tem como eliminar as barreiras restantes para a participação individual dos cidadãos?

No caso das entrevistadas, percebem-se principalmente vínculos relacionados aos fatores 1 e 2 de Klandermans (2004). As questões da visibilidade das minorias e empoderamento de vulneráveis se relacionam ao fator 1. As redes de relacionamento das participantes, por sua vez, estão vinculadas aos movimentos sociais que atacam os problemas cotidianos das participantes, o que nos leva ao fator 2. Dentre as pessoas que pertencem aos movimentos e fazem parte das redes pessoais das entrevistadas estão os maridos e outros membros da família, assim como colegas de trabalho.

Em termos de formação de lideranças, todas as entrevistadas relataram que não há processo visível ou formal para orientação e supervisão de novas líderes em seus respectivos movimentos. Morris e Staggenborg (2004) argumentam que as lideranças em movimentos sociais surgem devido a fatores relacionados a privilégios de classe social, como recursos financeiros, horários flexíveis e contatos sociais. Estes fatores, por não estarem acessíveis à maioria dos membros dos movimentos, dificultam a formação de novos líderes dentro dos MS.

Outro fator que facilita a formação de lideranças é a escolaridade (MORRIS; STAGGENBORG, 2004). Isto quer dizer que em movimentos com baixa ou nenhuma escolaridade, como o de catadores de recicláveis, por exemplo, pode haver dificuldade para formação de lideranças devido à baixa familiaridade prevalente no

movimento com o próprio estatuto/regimento e as finanças internas. Os autores citados relatam que, alternativamente, na falta de oportunidades de escolarização, os próprios movimentos podem proporcionar formação *in loco* para seus integrantes em geral e também específica para seus líderes. Outra fonte de conhecimento para a liderança de movimentos sociais é a participação em movimentos anteriores na forma de *spin-off* (ibidem). Nestes casos, integrantes de movimentos sociais insatisfeitos com a própria organização saem das mesmas e procuram novos movimentos mais alinhados com suas aspirações atuais. Desta forma, a experiência anterior pode contribuir para o sucesso na liderança do novo movimento.

No caso das entrevistadas, não houve dificuldades deste tipo devido à alta escolaridade das integrantes de seus respectivos movimentos.

Em termos da interferência do movimento na vida particular das entrevistadas, houve diferentes relatos, cujos traços mais relevantes são apresentados a seguir. No caso da integrante de movimento em defesa de animais, a entrevistada se tornou vegetariana. No caso da integrante do movimento de mães na universidade, houve uma maior percepção da interface entre academia e cotidiano. No caso da entrevistada envolvida com agroecologia, sua participação em diversos movimentos lhe trouxe uma percepção maior sobre a coletividade. Segundo Passy e Giugni (2000), quanto maior a interface entre vida pessoal e o movimento social de seus integrantes, mais o movimento social vai fazer parte da construção do *self*, tornando mais durável a participação individual no movimento. Desta forma, é criada uma coerência entre as motivações pessoais e a atuação pública do indivíduo.

As entrevistadas disseram conseguir articular casa, trabalho e militância política por meio de minimalismo de infra-estrutura no espaço pessoal, consenso de cronograma entre militantes e aproveitamento do tempo livre para militância. No entanto, as entrevistadas variaram quanto à intensidade de participação no movimento. Enquanto uma delas participa de maneira quase integral, a maioria encontra dificuldades para conciliar a carga horária de trabalho e de participação no movimento. Além disso, Chovanec e Benitez (2008) consideram que quando há uma coesão entre o indivíduo e o movimento, as atividades cotidianas se alinham com os propósitos do movimento, de forma que uma refeição em família se torna

inconscientemente um ato de recrutamento de familiares para o movimento, como ocorreu no feminismo chileno. Desta forma, há uma otimização do tempo das participantes devido a atividades cotidianas com propósitos múltiplos.

Como momentos importantes e resultados da militância, as manifestantes pontuaram principalmente os encontros e congressos sobre suas respectivas causas. Além disso, a entrevistada do movimento de transsexuais e transgêneros do Brasil relatou como conquista a portaria que regulamenta o nome social junto a todos os setores da prefeitura de Palmas-TO. Segundo Davis (2002), estes momentos constituem paulatinamente narrativas que dão significado para os próprios movimentos e sua rede de articulação. Na visão do autor, o principal legado dos movimentos é a transformação identitária proporcionada a seus participantes por meio de seus acontecimentos e personagens.

Como personagens mais importantes dos movimentos, as entrevistadas apontaram naturalmente as lideranças. Em alguns movimentos, a organização é autogestionária, sem lideranças fixas. Uma das entrevistadas colocou a filha como personagem motivadora para sua participação em movimentos sociais, com vistas à transformação social. Jasper e Young (2018) consideram que estes personagens se prestam à formação da imagem do movimento no coletivo social. Além disso, eles consideram que parte importante do trabalho dos movimentos sociais é a ressignificação das vítimas de exclusão e violência em heróis, mártires ou sobreviventes, de forma que elas se transformem da condição de passividade para a capacidade de intervenção social ativa. Neste processo, parte importante é a ressignificação da vergonha em orgulho da própria condição, segundo os autores.

No eixo 2, a seguir, são discutidas as questões encontradas em Jahn (2013), sobre mulheres camponesas e idosas.

EIXO 2 - MULHERES CAMPONESAS E IDOSAS

As entrevistadas têm entre 37 e 52 anos, com a maioria mais próxima da faixa etária mais jovem. Caren et al (2011) argumentaram que as gerações mais jovens tiveram mais acesso ao ensino superior, gerando uma maior parcela da população participando de protestos, notadamente os estudantes universitários. Isto pode explicar uma maior proporção de jovens militantes dentre as entrevistadas.

A maior parte das entrevistadas é de Palmas-TO, mas há participação de residentes em Brasília-DF, Natal-RN e Toronto, Canadá. Em comum entre algumas delas existe a vivência de situações de dificuldade financeira e ajuda em comunidade durante a infância. Outras participantes ressaltaram a importância de fazer a diferença para as futuras gerações.

Uma das entrevistadas é responsável pela divulgação das ações do movimento. As outras disseram receber informações via redes sociais, Whatsapp e e-mail. A atualização das informações nas redes sociais é no mínimo semanal. Além disso, as manifestantes se encontram em eventos de articulação com redes de maior abrangência.

Em termos de senioridade na participação, ela faz diferença pelo reconhecimento da própria família e da comunidade do pertencimento das entrevistadas aos movimentos. Desta forma, sempre que há alguma demanda da família ou da comunidade relacionada à causa do movimento, as entrevistadas são acionadas.

No eixo 3, a seguir são analisadas questões retiradas de Kizewski (2015) sobre mulheres manifestantes em uma organização de cunho ecológico.

EIXO 3 - KIZEWSKI, Amber Lynn. "É a responsabilidade da minha alma": Entender as experiências de gênero dos ativistas em organizações de base antifraxia no norte do Colorado. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Colorado. Dissertação de mestrado em Sociologia. Fort Collins, Colorado: Universidade Estadual do Colorado, 2015.

Em média, as entrevistadas moram há 8,3 anos em suas respectivas comunidades de inserção. A escolha de viver nestas comunidades se deu devido à afinidade de interesses com a população local, as mães da comunidade e a proximidade com pontos de conveniência e prestadores de serviços. As entrevistadas descrevem suas comunidades como pequenas, grupos de mulheres/mães, em que as pessoas se conhecem pessoalmente e profissionalmente.

Em termos da organização a que pertencem, elas descrevem suas causas como proteção e adoção de animais, grupo de apoio a mães, grupo de apoio a transexuais e transgênero, associação de bombeiros civis, Marcha Mundial das Mulheres, Consulta Popular e Agroecologia. A chegada das mulheres às organizações se deu majoritariamente via parentes, amigas e colegas de trabalho/estudo na universidade. Em dois casos, as entrevistadas já participavam de outros movimentos sociais e se viram com demandas específicas de movimentos de mulheres, gerando um *spin-off* ou participação em mais simultânea em mais de um movimento. Os papéis desempenhados são na maioria de voluntárias; três eram coordenadoras/articuladoras.

Em geral, as atividades são desempenhadas por meio presencial ou virtual no tempo livre das entrevistadas. Apenas uma das coordenadoras trabalha meio período em seu movimento. As reuniões são em sua maioria semanais, discutindo pendências e próximos passos dos projetos. Em termos das atividades desenvolvidas, há participação em congressos, videoconferências e construção coletiva de artigos acadêmicos no caso dos movimentos provenientes de universidades. Não há financiamento governamental no caso das organizações estudadas.

Em termos das ações realizadas pelos movimentos, um dos de proteção aos animais conseguiu visibilidade junto aos gestores públicos de Caxambu, reunindo um grupo expressivo de charreiros locais e realizando ações de conscientização quanto a cuidados veterinários e legislação de trânsito. Outro grupo costuma postar nas mídias sociais questões sobre sofrimento animal e veganismo. O grupo de apoio às pessoas trans conseguiu a implantação de um ambulatório com atendimento a este público em Palmas-TO. Realizou também o mapeamento de pessoas trans no estado do Brasil. Entre as dificuldades encontradas, a entrevistada do grupo de apoio às pessoas trans teve problemas de visibilização de sua causa devido à falta de consciência de gestores públicos do interior do estado quanto à sua categoria.

Como principais objetivos a alcançar no futuro, as entrevistadas visam: implantar mais serviços voluntários à comunidade, criação de espaços para cuidado de crianças pequenas dentro das universidades e inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho. Estes objetivos precisam se alinhar às comunidades das

entrevistadas. Desta forma, as organizações costumam mobilizar a comunidade de várias maneiras como: cursos gratuitos de primeiros socorros, redes de apoio às mães, atividades recreativas com as crianças vinculadas ao grupo de mães, campanhas de conscientização em relação aos direitos dos animais, entre outros. Além disso, há divulgação de ações concretas das ONGs nas redes sociais, rodas de compartilhamento de experiências e atuação em conjunto com outras ONGs em atos públicos.

A escolha das entrevistadas em relação à área de atuação da ONG se deu pelas habilidades e competências individuais e por meio da rede de contatos delas. As entrevistadas costumam divulgar suas ações junto às suas comunidades de inserção utilizando também suas redes informais e cotidianas de comunicação. Além disso, há a colaboração em termos de divulgação por órgãos públicos como o Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias, DETRAN, Secretarias de Saúde, entre outros. Como opositores, foram listados as bancadas congressistas e órgãos públicos contrários às respectivas causas.

No eixo 4, a seguir, estão elencadas questões encontradas em Defilippis (2015), em tese de doutorado sobre organizações *queer*, de apoio à diversidade de gênero.

Eixo 4 - DEFILIPPIS, Joseph Nicholas. Um movimento de libertação queer? Uma análise de conteúdo qualitativa de organizações de libertação queer, investigando se estão construindo um movimento social separado. Tese de doutorado em Serviço Social e Pesquisa Social. Portland, EUA Portland State University, 2015.

Como públicos representados e atendidos, foram elencados os atendidos por bombeiros voluntários, estudantes e professoras mães, população das periferias e animais em condições de maltrato ou abandono. Operacionalmente, são utilizadas rodas de conversa com a comunidade, escrita conjunta de artigos, divulgação via redes sociais e produção de eventos culturais vinculados às respectivas causas.

A motivação para o início das atividades foi a falta de organizações em nível local que fizessem o tipo de trabalho das entrevistadas. Além disso, foi

preponderante a informação sobre as formas de atuação de organizações afins em outros locais e instâncias. No caso do grupo de apoio às mães na universidade, o gatilho foi a solicitação por um professor local de que uma aluna se retirasse de sua aula por ter levado sua filha pequena.

Apesar deste caso isolado, a maior parte das entrevistadas não se considera feminista. Suas ONGs também não podem ser consideradas como alinhadas ao feminismo ou como organizações de mulheres. No caso das entrevistadas feministas, foram naturalmente elencados como elementos de oposição o machismo e o patriarcado. A entrevistada trans relatou ter começado a ter sofrido com estes problemas após assumir publicamente sua identidade de gênero. Neste sentido, houve perda dos privilégios associados a gênero devido à assunção de sua identidade.

Em termos dos cargos existentes, há pouca hierarquia nas organizações menores e uma amplitude hierárquica maior nas organizações com maior escala em termos regionais. Esta escala proporciona articulação em nível internacional. As decisões são tomadas pelos membros ativos por maioria. No caso da organização de apoio às pessoas trans, esta articulação em escala seria útil para conseguir maior inserção em cidades interioranas.

Foi pontuado que há necessidade de maior constância nas ações das ONGs, pois estão sujeitas à disponibilidade de tempo livre de voluntários. Na maior parte das ONGs das entrevistadas, há participação indistinta por gênero.

Uma das entrevistadas começou a atuar no feminismo devido a vivências com homens que não consideravam que ela deveria ser autônoma em suas decisões de vida. Ela diz que a bagagem proporcionada pelo meio acadêmico auxiliou em suas tomadas de decisão, inclusive em relação à sua percepção de maternagem. Um dos aspectos trabalhados por sua organização é a meta relacionada a empoderamento de gênero da ONU (Organização das Nações Unidas). A entrevistada trans começou sua militância de maneira individual, alinhando-se depois a grupos LGBT+.

Eixo 5 - SILVA, Carmen Silvia Maria da. Movimentos de mulheres, movimentos feministas e participação de mulheres populares: processo de constituição de

um feminismo antissistêmico e popular. Tese de doutorado em sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

Em relação ao início da militância, uma das entrevistadas declarou:

Minha militância iniciou-se no ano de 2016 quando decidi sair candidata à vereadora, após ter sofrido várias perseguições política estando funcionária pública concursada na minha cidade; Em relação à participação em movimentos sociais, participo desde a minha infância, devido ser filha de uma mãe ativista que sempre atuou em defesa do meio ambiente e das pessoas menos favorecidas na sociedade. (E2)

Nesta fala, percebe-se como se misturam os movimentos sociais e o partidarismo. Em outra questão, duas entrevistadas disseram participar de partidos políticos: um ecológico e outro de esquerda. Além disso, E2 se envolveu em movimentos sociais tanto classistas quanto identitários, sendo portanto uma representante da transição entre movimentos sociais tradicionais e os Novos Movimentos Sociais (TOURAINÉ, 1978).

As entrevistadas, em sua maioria se identificam com a defesa das minorias em termos identitários, de classe e outras categorias. Uma das entrevistadas participa também de um movimento de catadores de material reciclável. Uma das entrevistadas participa de vários conselhos: Conselho Municipal de Turismo, Conselho de Segurança entre outros da esfera municipal de Itirapina.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos relatos das entrevistadas, pode-se perceber que há uma maior identificação das mesmas com os Novos Movimentos Sociais (TOURAINÉ, 1978). As principais questões abordadas são relacionadas identitárias e de emancipação.

Além disso, considerando a visão de Molyneux (1998), a maior parte das entrevistadas se situa em movimentos em que não há foco em emancipação feminina. Neste sentido, eles se localizariam num baixo grau na escala de emancipação feminina em movimentos sociais desta autora. Somente duas das entrevistadas participa de movimentos com este foco, podendo-se localizá-los no grau mais alto da escala de Molyneux (op. cit).

Como principal limitação, não houve resposta significativa por parte dos movimentos sociais. Pode-se atribuir possivelmente esta baixa taxa de resposta ao momento anti-ONGs vivenciado atualmente no Brasil. Como sugestões a trabalhos futuros, podem-se estudar em nível individual as ONGs com mais alto grau na escala de Molyneux (op. cit), de forma a identificar estratégias de sobrevivência neste contexto hostil de falta de financiamento de suas atividades e descrédito promovido pela alta administração pública brasileira junto aos públicos-alvo.

É possível vislumbrar nesses diversos movimentos que, embora de maneira informal, não sistematizada, há traços de Gestão Social emergente.

Acredita-se que, à medida que os princípios de Gestão Social estejam sendo aprimorados no WSM, existe a possibilidade de que esses movimentos sejam mais eficazes na consecução de seus objetivos.

Para pesquisas futuras, serão implementadas metodologias qualitativas voltadas para a escuta desses atores, bem como a compreensão de seus contextos e sua influência no processo de tomada de decisão. Em um estado marcado por disputas e com grandes espaços vazios, essas questões devem ser entendidas pela organização.

REFERÊNCIAS

ABELS, Eileen G. The e-mail reference interview. **RQ**, p. 345-358, 1996.

ABDULLAH, H.J.; IBRAHIM, A.F.; KING, J. Women's voices, work and bodily integrity in pre-conflict, conflict and post-conflict reconstruction processes in Sierra Leone. **IDS bulletin**, v. 41, n. 2, pp.37-45, 2010.

ABREU, Zina. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **ARQUIPÉLAGO-Revista da Universidade dos Açores**, v. 6, n. 2, p. 443-469, 2002.

ALEXANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 13, n. 37, pp.5-31, 1998.

ALPÍZAR, Lydia; WILSON, Shamillah. Making waves: how young women can (and do) transform organizations and movements. **AWID Spotlight**, v. 5, n.1, p. 1-15, 2005.

ÁLVAREZ, G.A.D. Los movimientos sociales desde la perspectiva de las mujeres y pueblos indígenas. Un análisis desde la jurisprudencia de la Corte Constitucional colombiana. **Revista de derecho**, v. 37, n. 1, pp. 111-130, 2012.

ALVAREZ, Sonia E. **Engendering democracy in Brazil: Women's movements in transition politics**. Princeton, EUA: Princeton University Press, 1990.

ALVAREZ, Sonia E. Engajamentos ambivalentes, efeitos paradoxais: movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 1, p. 57-77, 2014.

ANDRADE, Maristela de Paula. Hoje, a mulher é a estrela – divisão sexual do trabalho guerreiro nas lutas camponesas no Maranhão In: FERNANDES, Bernardo Mançano; DE MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. vol. II: A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009. p. 223-246

ARAÚJO, L. Mulheres quebradeiras de coco babaçu e movimentos sociais. **P2P e inovação**, v. 3 n. 2, pp. 161-176, 2017.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil, nunca mais**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Catholic Church, Archdiocese Of São Paulo (Brazil), 1985.

BAMPTON, Roberta; COWTON, Christopher J. The e-interview. In: **Forum Qualitative Sozialforschung/Forum: Qualitative Social Research**. 2002.

BARKER, K. Women and Social Movements: engendering Argentina's Piquetero Movement. **Undercurrent**, v. 4, n. 1, pp. 57-68, 2007.

BASU, Amrita. Women, Political Parties and Social Movements in South Asia. In: Anne Marie Goetz (org.) **Governing Women: Women's Political Effectiveness in Contexts of Democratization and Governance Reform**. Abingdon, reino unido: Routledge, 2009. p. 99-123.

BISPO, silvana santos; MACÊDO, Márcia dos santos. mulheres negras: ativismo e paradoxos na luta antirracista e antissexista na Bahia. In: LIMA, Ângela Maria Freire; Lina Brandão de Aras (Org.). **Mulheres e movimentos: estudos interdisciplinares de gênero**. EDUFBA, 2014. p. 43-68

BLAY, E.A. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 2, pp.601-607, 2001.

BONFIM, E.G.; COSTA, M. C.; LOPES, M.J.M. Vulnerabilidade das mulheres à violência e danos à saúde na perspectiva dos movimentos sociais rurais. **Athenea Digital - Revista de Pensamiento e Investigación Social**, v. 13, n. 2, pp. 193-205, 2013.

BOWEN, D.D.; HISRICH, R.D. The female entrepreneur: A career development perspective. **Academy of management review**, v. 11, n. 2, pp.393-407, 1986.

BLUMBERG, Rhoda Lois. Women in the Civil Rights Movement: Reform or Revolution? In: DIAMOND, Marie Josephine (Ed.). **Women and Revolution**. Berlin: Springer Science & Business Media, 1998. pp. 79-90.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30/09/1997. **Estabelece normas para as eleições**. Available at <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Access in August 27, 2018.

BRASIL. **Lei n. 1.959, de 14 de agosto de 2008**: Dispõe sobre a proibição da queima, derrubada e do uso predatório das palmeiras do coco de babaçu e adota outras providências. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/arquivo/345116/>>. Acesso em: 12 de julho de 2019.

BRUSH, C.G. Research on women business owners: Past trends, a new perspective and future directions. **Entrepreneurship theory and practice**, v. 16, n. 4, pp.5-30, 1992.

BUTTNER, E. H.Examining female entrepreneurs' management style: An application of a relational frame. **Journal of Business Ethics**, v. 29, n. 3, pp. 253-269, 2001.

BOWDEN, Chandra; GALINDO-GONZALEZ, Sebastian. Interviewing when you're not face-to-face: The use of email interviews in a phenomenological study. **International Journal of Doctoral Studies**, v. 10, n. 12, p. 79-92, 2015.

BURNS, Edgar. Developing email interview practices in qualitative research. **Sociological research online**, v. 15, n. 4, p. 24-35, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Entidades qualificadas como OSCIP. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/SistemaOscip/resultadoconsulta.asp>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

CAREN, Neal; GHOSHAL, Raj Andrew; RIBASA, Vanesa. A Social Movement Generation: Cohort and Period Trends in Protest Attendance and Petition Signing. **American Sociological Review**, v. 76, n. 1, p. 125-151, 2011.

CHOVANEC, Donna M.; BENITEZ, Alexandra. The penguin revolution in Chile: Exploring intergenerational learning in social movements. **Journal of Contemporary Issues in Education**, v. 3, n. 1, p. 39-57, 2008.

CRESS, D. M., J.; MCPHERSON, M.; ROTOLO, T. Competition and Commitment in Voluntary Memberships: The Paradox of Persistence and Participation. **Sociological Perspectives**, v. 40, n. 1, 1997, pp. 61–79.

CANÇADO, A. C.; MARINHO, F. A.; IWAMOTO, H. M. Social Management: An Anglophone Perspective. International Conference on Democratic Governance in Developing World, 4, 2018, Rio de Janeiro, Anais..., Rio de Janeiro: EBAPE/FGV, 2018.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. 2 ed. Curitiba: CRV, 2015, 216p.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). **Qualis**. 2003. Available at: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2550:capas-aprova-a-nova-classificacao-do-qualis>>. Access in 27 ago. 2018.

CHAO, C.C.; TIAN, D. Keeping relationships positive or doing things right: bridging women leaders' conflict management strategies in non-profit organisations in Taiwan and the USA. **Chinese Management Studies**, v. 7, n. 1, pp.94-110, 2013.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011, 368p.

CHEN, Martha Alter. Women and informality: A global picture, the global movement. **Sais Review**, v. 21, n. 1, p. 71-82, 2001.

CONDORCET, N. **Sur l'admission des femmes au droit de Cité**. Wroclaw, Poland: Ink book, 2012 [1790].

CUBA, R.; DECENZO, D.; ANISH, A. Management practices of successful female business owners. **American Journal of small business**, v. 8, n. 2, pp. 40-46, 1983.

DAVIS, Joseph E. **Stories of change: Narrative and social movements**. Nova Iorque: State University of New York Press, 2012.

- DE MASCIA, S. Are women better leaders than men? **Human Resource Management International Digest**, v. 23, n. 7, pp. 1-4, 2015.
- DEERE, C. D. Women's land rights and rural social movements in the Brazilian agrarian reform. **Journal of Agrarian Change**, v. 3, n. 1-2, pp. 257-288, 2003.
- DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Rev. Estud. Fem.**, v. 12, n. 1, pp. 175-204, 2004.
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.) **The Sage handbook of qualitative research**. Newcastle upon Tyne, UK: Sage, 2011.
- M. J. Diamond. Olympe de Gouges and the French Revolution: The Construction of Gender as Critique. In: DIAMOND, Marie Josephine (Ed.). **Women and Revolution**. Berlin: Springer Science & Business Media, 1998a. pp. 1-20
- M. J. Diamond. Louise Michel and the Paris Commune of 1871: The Performance of Revolution. In: DIAMOND, Marie Josephine (Ed.). **Women and Revolution**. Berlin: Springer Science & Business Media, 1998b. pp. 21-44
- DIAS, L. O. Interseções de gênero: Mulheres quebradeiras de coco e a geração de vidas solidárias. **Anais... IV Seminário de Trabalho e Gênero Protagonismo, ativismo, questões de gênero revisitadas**, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- DUTRA, Zeila Aparecida Pereira. A PRIMAVERA DAS MULHERES: Ciberfeminismo e os Movimentos Feministas. **Revista Feminismos**, v. 6, n. 2, p. 19-31, 2018.
- EINHORN, Barbara. Where have all the women gone? Women and the women's movement in East Central Europe. **Feminist Review**, v. 39, n. 1, p. 16-36, 1991.
- EINWOHNER, R.L.; HOLLANDER, J. A.; OLSON, T. Engendering social movements: cultural images and movement dynamics. **Gender & Society**, v. 14, n. 5, pp. 679-699, 2000.
- FERREE, M. M.; MUELLER, C. M. Feminism and the women's movement: A global perspective. **The Blackwell companion to social movements**, pp. 576-607, 2004.
- FONTES, Augusto Souto-Maior. Sobre a sustentabilidade das associações voluntárias em uma comunidade de baixa renda. **Tempo social**, v. 15, n. 1, p. 159-189, 2003.
- FRIEDAN, B. **The feminine mystique**. New York: WW Norton & Company, 2010.
- GOHN, M. G. Mulheres-atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade**, v. 61, n. 1, pp. 41-70, 2007.

- GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, pp. 333-361, 2011.
- GOMES, C.; SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, p. 29, n. 2, pp. 433-447, 2014.
- GONDOROVÁ, E. The position of women in post-revolutionary Tunisia and their role in political decision-making processes: between social movements, frustrations and administrative routine? **Moving the Social**, v. 5, n. 2, pp. 27-47, 2014.
- GOUGES, O. Declaration of the Rights of Woman and Citizen. In: Kirsch, G.B. (Ed.). **The West in global context: from 1500 to the present**. London, UK: Pearson College Division, pp. 95-97, 1997 [1791].
- HAMILTON, Rebekah J.; BOWERS, Barbara J. Internet recruitment and e-mail interviews in qualitative studies. **Qualitative Health Research**, v. 16, n. 6, p. 821-835, 2006.
- HAWKINS, Janice E. The practical utility and suitability of email interviews in qualitative research. **The Qualitative Report**, v. 23, n. 2, 2018.
- HUNT, Nigel; MCHALE, Sue. A practical guide to the e-mail interview. **Qualitative health research**, v. 17, n. 10, p. 1415-1421, 2007.
- HERNANDÉZ, A. R.; CANÇADO, A. C. Analisis de gestión socialbrasileña a través de la teoría de la decolonialidad. **AOS**, v.6, n.1, jan./jun. 2017, p. 25-43 v.6, n.1, jan./jun. 2017, p. 25-43.
- HOFFMAN, Kelly; CENTENO, Miguel Angel. Um continente entortado (América Latina). **Tempo social**, v. 18, n. 2, p. 11-46, 2006.
- HOLYOAKE, G. J. **Os 28 tecelões de Rochdale**. 13 ed. Porto Alegre, Brazil: WS, 2008.
- ISPN (Instituto Sociedade, População e Natureza). **Associações de Artesãos de Capim-dourado – Brasil**. Available at: <<http://www.cerratinga.org.br/associacoes-de-artesaos-de-capim-dourado-Brasil/>>. Access in August 27, 2018.
- JAHN, Elisiane de Fátima. Mulheres camponesas idosas e suas leituras de cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas / RS. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PORTO ALEGRE, 2013.
- JAMES, Nalita. Using email interviews in qualitative educational research: Creating space to think and time to talk. **International Journal of Qualitative Studies in Education**, v. 29, n. 2, p. 150-163, 2016.
- JASPER, James M.; YOUNG, Michael; ZUERN, Elke. Character work in social movements. **Theory and Society**, v. 47, n. 1, p. 113-131, 2018.

JAQUETTE, Jane S. Women in revolutionary movements in Latin America. **Journal of Marriage and Family**, v. 35, n. 2, p. 344-354, 1973.

JEFFORDS, S. **The remasculinization of America**: Gender and the Vietnam war. Bloomington, Indiana, EUA: Indiana University Press, 1989.

KLANDERMANS, Bert. The demand and supply of participation: Social-psychological correlates of participation in social movements. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter. **The Blackwell companion to social movements**. Malden, EUA: Blackwell Publishing, 2004, p. 360-379.

LASCHEFSKI, K. Licenciamento e equidade ambiental: as racionalidades distintas de apropriação do ambiente por grupos subalternos. In: ZHOURI, A. (Ed.) **As tensões do lugar**: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental. Belo Horizonte, Brazil: UFMG, 2011.

MCCOYD, Judith LM; KERSON, Toba Schwaber. Conducting intensive interviews using email: A serendipitous comparative opportunity. **Qualitative Social Work**, v. 5, n. 3, p. 389-406, 2006.

MEHO, Lokman I. E-mail interviewing in qualitative research: A methodological discussion. **Journal of the American society for information science and technology**, v. 57, n. 10, p. 1284-1295, 2006.

MORRIS, Aldon D.; STAGGENBORG, Suzanne. Leadership in social movements. **The Blackwell companion to social movements**, p. 171-196, 2004.

Macedo Filho, renato; Costa, ana alice alcântara. participação das mulheres no movimento sem teto em salvador: dando vozes a quem tem o que dizer. In: LIMA, Ângela Maria Freire; Lina Brandão de Aras (Org.). **Mulheres e movimentos: estudos interdisciplinares de gênero**. Salvador, Brasil: EDUFBA, 2014. p. 13-42

MARANHÃO. Lei n. 2.979 de 17 de julho de 1969. Dispõe sobre as terras de domínio público e dá outras providências. In: GONÇALVES, M.F.C. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís, Brazil: UFMA, PROIN, 2000.

MCBRIDE, Dorothy E.; MAZUR, Amy G. 10 Women's movements, feminism, and feminist movements. In: GOERTZ, Gary; MAZUR, Amy (orgs.). **Politics, gender and concepts**. New York, NY: Cambridge University Press, 2008, p. 219-234.

MCCAMMON, Holly J. "Out of the Parlors and into the Streets": The Changing Tactical Repertoire of the US Women's Suffrage Movements. **Social Forces**, v. 81, n. 3, p. 787-818, 2003.

MCROBBIE, A. Post-feminism and popular culture. **Feminist media studies**, v. 4, n. 3, pp. 255-264, 2004.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, 4917, pp. 49-66, 1989.

MIRANDA, C. M. Movimentos de mulheres, governança descentralizada e desenvolvimento regional no estado do Brasil. **Gênero na Amazônia**, v. 5, n. 1, pp. 187-200, 2014.

MIRANDA, C.M.; SANTOS, G. I. R. Mulheres do Bico do Papagaio: questões de gênero e desenvolvimento regional nos municípios de São Miguel e Axixá. **RELEM: Revista Eletrônica Mutações**, v.1, n. 1, pp. 74-87, 2014.

MOLYNEUX, Maxine. Analysing women's movements. **Development and change**, v. 29, n. 2, p. 219-245, 1998.

MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ. ESTADO DO MARANHÃO. **Lei Ordinária 1.084/2003**: Dispõe sobre a proibição da derrubada de palmeiras de babaçu no Município de Imperatriz, Estado do Maranhão, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camaraimperatriz.ma.gov.br/images/leis/Lei_n%C2%BA_1084-03.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2019.

NASCIMENTO, P. S.; MARTINS, A. R. M. Mulheres indígenas em movimentos sociais: novas práticas e desafios a partir da experiência das mulheres indígenas zapatistas. **Somanlu**, v. 12, n. 2, pp. 261-274, 2012.

NEIDER, L. A preliminary investigation of female entrepreneurs in Florida. **Journal of small business management**, v. 25, n. 3, pp. 22-37, 1987.

OLCESE, Cristiana; SAUNDERS, Clare; TZAVIDIS, Nikos. In the streets with a degree: How political generations, educational attainment and student status affect engagement in protest politics. **International Sociology**, v. 29, n. 6, p. 525-545, 2014.

OLIVEIRA, Vera Aparecida de. Memórias de mulheres relacionadas com a região leste de São Paulo: histórias de resistência. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

OLIVEIRA, Nathalia. As mulheres e os movimentos dos sem-teto no Brasil: análise das relações sociais de classes e sexos. **Lutas Sociais**, n. 29, p. 144-159, 2012.

Gail Omvedt. Women in Popular Movements: India and Thailand during the Decade for Women. (1986). In: Silke Staab and Shahra Razavi (orgs.) Gendered Dimensions of Development. Genebra, Suíça: ONU, 2015, pp. 211-248

ORWELL, George. **A revolução dos bichos**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007 [1945].

PASSY, Florence, GIUGNI, Marco. Life-Spheres, Networks, and Sustained Participation in Social Movements: A Phenomenological Approach to Political Commitment. *Sociological Forum*, 2000, vol. 15, no. 1, p. 117-144

PAINS, C. Brasil tem menos parlamentares mulheres do que 151 países: Apenas 10,5% do Congresso é feminino; país fica atrás até de Djibuti e Burkina Faso. **Jornal O Globo**, 07/03/2018. Available at: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-tem-menos-parlamentares-mulheres-do-que-151-paises-22462336>>. Access in August 26, 2018.

PARENTE, T.G. Gênero e insustentabilidade de mulheres nos reassentamentos rurais da Usina Hidrelétrica de Estreito-Brasil. **Opsis**, v. 15, n. 2, pp. 399-416, 2015.

PARENTE, T. G. P.; GUERRERO, O. F. O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional TO, Brasil. **História Oral**, v. 21, n. 4, pp. 173-197, 2011.

PAULA, Adriana das Graças de. **Pensar a democracia: o movimento feminino pela anistia e as Mães da Praça de Maio (1977-1985)**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimentos das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “igualdade de gênero” In: FERNANDES, Bernardo Mançano; DE MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. vol. II: A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009. p. 179-202.

PAULISTA, Amanda. As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. **Humanidades em diálogo**, v. 5, p. 93-108, 2013.

PIZZIO, A. Reconhecimento e resiliência no cotidiano de quebradeiras de coco babaçu. **Estudos de Sociologia**. v. 12, n. 0, pp. 1-6, 2014.

POSSAS, Lidia M. Vianna. As blusas verdes e as marchadeiras. Movimentos de mulheres e de participação política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas Tendencias en Antropología**, v. 3, n. 1, p. 20-43, 2012.

PRESTAGE, J. L. In quest of African American political woman. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 51, n. 51, pp. 88-103, 1991.

RATISLAVOVÁ, Kateřina; RATISLAV, Jakub. Asynchronous email interview as a qualitative research method in the humanities. **Human Affairs**, v. 24, n. 4, p. 452-460, 2014.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio**: ou da educação. São Paulo, Brazil: Difusão, 1995 [1762].

ROUSSEAU, Stéphanie. Indigenous and feminist movements at the constituent assembly in Bolivia: Locating the representation of indigenous women. **Latin American Research Review**, v. 46, n. 2., p. 5-28, 2011.

ROY, Debal K. Singha. Peasant Movements and Empowerment of Rural Women. **Economic and Political Weekly**, v. 30, n. 37, p. 2306-2311, 1995.

SELWYN, Neil; ROBSON, Kate. Using e-mail as a research tool. **Social research update**, v. 21, n. 6, 1998.

SIMON, B.; LOEWY, M.; STÜRMER, S.; WEBER, U.; FREYTAG, P.; HABIG, C.; SPAHLINGER, P. Collective identification and social movement participation. *Journal of personality and social psychology*, v. 74, n. 3, 646, 1998.

SACCHET, T. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, pp. 306-332, 2009.

SAFA, Helen Icken. Women's social movements in Latin America. **Gender & Society**, v. 4, n. 3, p. 354-369, 1990.

SAGGIN, Aline; ALVES, Adilson Francelino. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES COOPERATIVISTAS DO PARANÁ EM MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICO E ECONÔMICOS. **Orbis Latina**, v. 9, n. 1, p. 27-42, 2019.

SALES, C. M. V. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, pp. 437-452, 2007.

SANTOS, Fabiano; PAULA, Carolina Almeida de; SEABRA, Joana. Cotas e movimentos sociais nas estratégias partidárias de inserção das mulheres na vida parlamentar: os casos do Rio de Janeiro e Ceará nas eleições 2010 para a Câmara dos Deputados. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; Céli Regina Jardim Pinto; Fátima Jordão (orgs.). **Mulheres nas eleições 2010**. Associação Brasileira de Ciência Política, 2012., p. 283-313.

SARA, M., Flesher Fominaya, C., Eschle, C., & Cox, L. Feminism, women's movements and women in movement. **Interface: a journal for and about social movements**, v. 3, n. 2, p. 1-32, 2011.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas In: FERNANDES, Bernardo Mançano; DE MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. vol. II: A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009. p. 203-222.

Scielo. **Busca com a expressão exata "movimentos sociais" somente no título do artigo**. Available at: <<http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>>. Access in August 25, 2018.

SHIVA, V. **Staying alive**: Women, ecology and survival in India. New Delhi, India: Kali for Women, 1988.

SILVA, Iara Maia I. Movimentos de mulheres e partidos políticos. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 3, n. 04, p. 75-86, 1982.

SILVA, F. R.; CANÇADO, A. C.; RODRIGUES, W.; BATISTA, W. L. Controle Social: a dinâmica da Teoria da Saída, Voz e Lealdade no Contexto da Administração Pública Brasileira. **Emancipação**, Ponta Grossa, v.17, n.1, p.108-125, 2017.

SOUSA, A.T.; PARENTE, T. G. A atividade artesanal do capim dourado na região do Jalapão: uma nova perspectiva para o empoderamento das mulheres. **Anais... Encontro Nacional de História Oral**. Rio de Janeiro, pp. 1-12, 2012.

STEWART, Abigail J.; SETTLES, Isis H.; WINTER, Nicholas JG. Women and the social movements of the 1960s: Activists, engaged observers, and nonparticipants. **Political Psychology**, v. 19, n. 1, p. 63-94, 1998.

TAYLOR, Verta. Social movement continuity: The women's movement in abeyance. **American Sociological Review**, v. 54, n. 5, p. 761-775, 1989.

TOURAINE, Alain. **La voix et le regard: sociologie des mouvements sociaux**. Paris: FeniXX, 1978.

TOURAINE, A. An introduction to the study of social movements. **Social Research**, 524, pp. 749-787, 1985.

TOURAINE, A. **What is democracy?** New York: Routledge, 1997.

TSE (Tribunal Superior Eleitoral). **Aprovados critérios para distribuição do Fundo Eleitoral**. Available at <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Maio/tse-aprova-criterios-para-distribuicao-do-fundo-eleitoral>>. Access in August 27, 2018.

VANIN, Iole Macedo; SOUZA, Silvana Oliveira. mulher e política: uma voz feminina nos redutos de poder. In: LIMA, Ângela Maria Freire; Lina Brandão de Aras (Org.). **Mulheres e movimentos: estudos interdisciplinares de gênero**. EDUFBA, 2014. p. 69-94

VILLELA, F. Propriedades comandadas por mulheres representam cerca de 5% da área rural. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2016. Available at: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-11/propriedades-de-terra-comandadas-por-mulheres-representam-cerca-de>>. Access in August 26, 2018.

West, Guida. Women in the Welfare Rights Movement: Reform or Revolution? In: DIAMOND, Marie Josephine (Ed.). **Women and Revolution**. Berlin: Springer Science & Business Media, 1998. pp. 91-108

Whitehead, Ann; Tsikata, Dzodzi. Policy Discourses on Women's Land Rights in Sub-Saharan Africa: The Implications of the (Re)turn to the Customary (2003). In: Silke

Staab and Shahra Razavi (orgs.) Gendered Dimensions of Development. Geneva, Suíça: ONU, 2015, pp. 65-102

WILSON, K. Ecofeminism and first nations peoples in Canada: linking culture, gender and nature. *Gender, Place & Culture*, v. 12, n. 3, pp. 333-355, 2005.

WOLLSTONECRAFT, M. A vindication of the rights of woman: with strictures on political and moral subjects, Boston, USA: Peter Edes, Thomas and Andrews, 1792. Available at: <<https://play.google.com/store/books/details?id=qhcFAAAAQAAJ&rdid=book-qhcFAAAAQAAJ&rdot=1>>. Access in November 17, 2018.

ZALD, Mayer N. Progress and cumulation in the human sciences after the fall. **Sociological Forum**. V. 10, N. 3, p. 455-479, 1995.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (adaptado de Kizewski, 2015)

Cara entrevistada,

Meu nome é Helga Midori Iwamoto e sou pós-doutoranda na Universidade Federal do Tocantins, na área de Desenvolvimento Regional. Recentemente, comecei um projeto de pesquisa sob orientação do Dr. Airton Cardoso Cançado que estuda os movimentos sociais com participação de mulheres. A amostragem é baseada em sites de busca na internet e indicações de membros de associações e movimentos sociais. Sua participação em movimentos pode ser presente ou passada, já que o objetivo é compreender os motivos que levam à participação e como se dá o processo de participação.

Estou interessada em entender a participação de mulheres da comunidade em organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e afins, com ou sem foco na causa de gênero. Em particular, estou interessada em entender por que pessoas da comunidade se envolvem em organizações locais e suas experiências e esforços dentro dessas organizações.

A entrevista levará aproximadamente 60 minutos, sendo realizada por e-mail ou em horário e local conveniente para você.

Sua participação nesta pesquisa é voluntária. Se você decidir participar do estudo, você pode retirar seu consentimento e parar de participar a qualquer momento sem nenhuma consequência negativa. Suas respostas serão mantidas confidenciais, a menos que você deseje ser identificada.

Não há benefícios diretos para você por participar; no entanto, o seu envolvimento nos fornece informações importantes sobre a participação de mulheres da comunidade em OSCIPs. Você não enfrenta nenhum risco de participar nem há custos para participar. Em cada conjunto de perguntas está indicado o estudo de origem para não incorrer em plágio.

Se você tiver dúvidas sobre o estudo, você pode entrar em contato comigo a qualquer momento nas informações de contato listadas a seguir:

Em caso de entrevista presencial ou por Skype, com sua permissão, a pesquisadora gravará sua entrevista em MP3. A entrevista só será gravada se tiver sua permissão. O áudio desta entrevista será mantido em um local seguro. Você tem o direito de se recusar a responder pergunta (s) por qualquer motivo. Você também tem o direito de recusar a gravação de áudio.

A sua assinatura reconhece que leu as informações indicadas e assina de boa vontade este formulário de consentimento. Sua assinatura também reconhece que você recebeu, na data de assinatura, uma cópia deste documento.

Grata pelo seu tempo.

Atenciosamente,
Helga Midori Iwamoto.

Pós-doutoranda em Desenvolvimento Regional - UFT

Assinatura da pessoa que concorda em participar do estudo, Data

Nome por extenso da pessoa que concorda em participar do estudo

Helga Midori Iwamoto - pesquisadora

APÊNDICE B

OLIVEIRA, Vera Aparecida de. Memórias de mulheres relacionadas com a região leste de São Paulo: histórias de resistência. Dissertação de Mestrado em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

Nome: _____

Quando chegou ao movimento? Ano:

Escolaridade

Formação acadêmica

Profissão

- # Quem a convidou para participar do movimento?
- # Como era a movimento quando chegou nele?
- # Porque veio para o movimento?
- # Quem colaborou para que continuasse participando?
- # O que você acha da liderança? Existem processos de preparação de lideranças?
- # Como avaliar a interferência do movimento popular em sua vida?
- # Como articula casa, trabalho e militância política?
- # Quais são os momentos importantes desta "luta"?
- # Se tem que colocar uma pessoa como fundamental neste processo, quem seria? Porque?

JAHN, Elisiane de Fátima. Mulheres camponesas idosas e suas leituras de cartilha do Movimento de Mulheres Camponesas / RS. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PORTO ALEGRE: 2013.

- Qual sua idade?
- Em que bairro mora?
- Até que ano estudou (escolaridade)?
- Fale um pouco de você e de sua vida.
- Faz quanto tempo que participa do Movimento?
- Como começou a participar?
- Hoje, qual é a sua forma de participação no Movimento?
- Como recebe as informações no Movimento? Como recebe o convite para ir para o reuniões? Como está se saindo nas atividades? Como recebe os materiais do Movimento? Como você vê / percebe a comunicação no Movimento? Como ela acontece?
- Como é ter mais anos no movimento (relação com a família, comunidade)?

KIZEWSKI, Amber Lynn. "É a responsabilidade da minha alma": Entender as experiências de gênero dos ativistas em organizações de base antifraxia no norte do Colorado. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Estadual do Colorado. Dissertação de mestrado em Sociologia. Fort Collins, Colorado: Universidade Estadual do Colorado, 2015.

1) Definindo o Palco

1. Há quanto tempo você mora na comunidade?

2. Qual é a sua coisa favorita sobre comunidade?
3. Se alguém lhe pedisse para descrever a comunidade do nome da inserção, o que você diria a eles?

2) Detalhes da organização

4. Conte-me sobre sua organização.
5. Como esta organização se formou?
6. Quais são os objetivos dessa organização?
7. Você pode me falar mais sobre os membros que pertencem à sua organização?
8. Qual papel você desempenha na sua organização?
9. Diariamente, como é o seu dia na sua organização?
10. Quanto do seu tempo você se compromete com sua organização diariamente? Semanalmente?
11. Você se encontra ativamente envolvido com a comunidade com frequência? Se assim for, de que maneira?
12. Em uma base semanal, que trabalho você está fazendo que está relacionado à sua organização?
13. Há alguma tarefa que você tenha dificuldade em realizar?
14. Há alguma tarefa em que você não participe agora, mas gostaria de participar?
15. Como você acabou realizando essas tarefas?
16. Que dificuldades você encontrou até agora trabalhando com sua organização?
17. Com que frequência sua organização se reúne?
18. O que você discute nessas reuniões?
19. Existe alguma coisa em que você esteja encarregado nas reuniões do grupo?
20. Qual foi o maior feito da sua organização?
21. Você acha que contribuiu pessoalmente para o sucesso do grupo? Se sim, como?
22. Você pode compartilhar alguns objetivos que sua organização espera realizar no futuro?

3) Recrutamento / Mobilização de Cidadãos -

23. Como sua organização tenta convencer um membro da comunidade a se alinhar com sua causa?
24. Conte-me sobre as estratégias que sua organização usa para informar cidadãos sobre sua causa; você pode me dar um exemplo específico de uma dessas estratégias? Qual estratégia você considera mais bem-sucedida? Qual estratégia sua organização implementa com mais frequência? Como os cidadãos respondem a essas estratégias?
25. Como você fez para envolver a comunidade na sua organização / movimento social?
26. Como você decidiu em quais áreas se concentrar?
27. Você se encontrou discutindo a prática de sua causa com os cidadãos?
28. O que você mais comumente se encontra dizendo para eles?

DEFILIPPIS, Joseph Nicholas. Um movimento de libertação queer? Uma análise de conteúdo qualitativa de organizações de libertação queer, investigando se estão construindo um movimento social separado. Tese de doutorado em Serviço Social e Pesquisa Social. Portland, EUA: Portland State University, 2015.

- 1 Por favor, descreva o trabalho que sua organização faz.
2. Que comunidade (s) a sua organização representa e quem se beneficia do seu trabalho?
3. Que métodos (programas, atividades, etc.) vocês usam para trabalhar com eles?
4. Quem, se alguém, sua organização está tentando influenciar?
5. Sua organização interage com quaisquer autoridades ou entidades poderosas (autoridades eleitas, agências governamentais, filantropia, mídia, religião, justiça criminal, etc.)? Qual é a natureza dessas interações?

6. Por favor, conte-me sobre os relacionamentos da sua organização com outras organizações. Cite algumas organizações mais próximas à sua em termos de relacionamento institucional. Por que você trabalha de perto com esses grupos, em vez de outros grupos? Por quanto tempo você esteve participando deles / delas?
7. Como a organização funciona?
8. Quais são os principais cargos / voluntários que existem atualmente?
9. Como as decisões são tomadas?
10. O que motivou a criação de sua organização? Houve algum incidente específico que funcionou como gatilho para a criação da organização?
11. Por favor, explique como sua organização é semelhante e / ou diferente de outras organizações com o mesmo foco/causa.

RANGEL, Patrícia Duarte. Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres: Argentina e Brasil. Tese de Doutorado em Ciência Política. Brasília: UnB, 2012.

1. Está vinculada a alguma articulação internacional?
2. Qual é a maior conquista Real nos últimos dez anos?
3. Qual é a necessidade mais urgente da organização hoje?
4. Qual foi a participação mais importante do movimento para o movimento feminista?

PEÇA, Marta Pires Machado Costa. Os movimentos de mulheres em Portugal: uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

1. Nome da organização:
2. Dados de constituição:
3. Âmbito de intervenção:
 1. Local
 2. Regional
 3. Nacional
 4. Internacional
 5. Não sabe
4. A organização identifica-se como organização de mulheres, ou não?
5. Se tem um enfoque particular num dado grupo de mulheres, que grupo é esse? (ou seja, ciganas, lésbicas, agricultoras, idosas,...)
6. Por favor indique se a organização se identifica como organização feminista, ou não, nos termos abaixo indicados:
(Por “organização feminista” entendemos uma organização cujo discurso contém, senão todos, pelos seus próprios elementos: identificação com mulheres como um grupo; uso de linguagem explicitamente sexualizada, que recusa o masculino universal; representação das mulheres na vida pública enquanto mulheres; melhoria do estatuto social das mulheres; desafio das hierarquias sociais de gênero.)
7. Através de qual (ais) meio (s) e com que a regularidade divulga uma organização as suas actividades, serviços e tomadas de posição e / ou promove o seu reconhecimento público?
8. Que cargo ocupa?
9. Sua organização mantém um site e / ou blogue na internet? Qual / Quais?

10. Com que periodicidade atualiza o site / blogue?

MEDEIROS, Jonas Marcondes Sarubi. Movimentos de mulheres periféricas na Zona Leste de São Paulo: ciclos políticos, redes discursivas e contrapúblicos. Tese de Doutorado em Educação. Campinas: Unicamp, 2017.

1. Quantas pessoas são membros permanentes da associação etc.?
2. Há cargos na associação etc.?
3. Qual é uma ação e a formação destas pessoas? Onde elas moram?
4. Como os membros da equipe passaram a fazer parte da associação etc.?
5. Vocês têm colaboradores que são permanentes?
6. Quais são as atividades realizadas pela associação etc.?
7. Houve pesquisas acadêmicas na organização? Quais são os resultados de pesquisa acadêmica da associação?
8. Vocês têm atividades educativas? Quais?
9. E como é o financiamento dessas atividades?
10. Quem é o público-alvo da associação etc.? Quem são estas mulheres? Qual é a sua ocupação? Onde elas moram? Qual é a sua faixa etária?
11. Como começa uma relação com estas mulheres?
12. Como vocês se comunicam e mantêm contato com estas mulheres?
13. Quais são as suas dificuldades em motivar a participação destas?
14. Quem são seus principais parceiros e aliados nesta caminhada?
15. E quem foram seus principais opositores ou adversários?
16. Para vocês da associação etc., qual é o principal problema que as mulheres vive na nossa sociedade?
17. Qual é a causa ou a causa do problema social?
18. Quais são as principais formas de combater este problema social?
19. Como você se relaciona com as atividades que uma associação etc. mantém no seu dia a dia?
20. como seria uma sociedade melhor para as mulheres?
21. Você se considera jovem feminista? Se sim, você consegue identificar em qual momento da sua trajetória de vida isso passou a ocorrer?

SILVA, Carmen Silvia Maria da. Movimentos de mulheres, movimentos feministas e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular. Tese de doutorado em sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

1. Em qual (quais) Movimento (s) de Mulheres você atua hoje?
2. Desde quando você participa de um movimento social, sindicato e / ou partido político? Ou seja, quando iniciou sua militância?
3. Já participou de movimento social você já participou ou participou hoje que não seja o movimento de mulheres? Qual?
4. Participa atualmente de algum partido político? Se sim, qual?
5. Participa em algum conselho de políticas públicas? Se sim, qual?
6. Em termos de militância, quem é você? Com que causas você se identifica politicamente?

Grata!